

# DIÁRIO DO GOVÉRNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, fórmula de porto, bem como os periódicos que treoram com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.  
Anunciam-se todas as publicações literárias que se receberem na mesma Imprensa dos exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano ..... 185000 Anúncios, por linha ..... 60  
Dítes por semestre ..... 105000 Comunicados e correspondências, por linha ..... 60  
Número avulso, cada folha de quatro páginas ..... 40  
Em conformidade da carta da lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-seão 10 réis de alíio por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeita à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva imprensa.

## SUMÁRIO

### CONGRESSO DA REPÚBLICA:

Nota da resolução da Câmara dos Deputados e do Senado acerca do provimento dum cidadão numa vaga de amanuense.

### MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Portarias de 7 de Maio:

Louvando um soldado da guarda fiscal, por um acto de filantropia que praticou.

Louvando uma professora da freguesia das Ribeiras e um cidadão da Vila da Praia, por serviços relevantes prestados à instrução popular.

Mandando observar as disposições do decreto de 19 de Novembro de 1908, sobre nomeações de professores interinos de ensino primário.

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.

Antevisão de concurso para provimento de escolas primárias.

Portaria de 6 de Maio, louvando o cidadão francês Jean Barás, por serviços relevantes prestados à instrução pública, em Portugal.

Programas elaborados pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em conformidade do regulamento dos exames de Estado de 21 de Agosto de 1911.

Decreto de 27 de Janeiro, revistando o de 18 de Março de 1911, que nomeou dois oficiais da armada para prestarem serviço nos observatórios da Horta e Ponta Delgada.

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Direcção Geral de Saúde, sobre movimento de pessoal.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

Relações de juízes de direito e delegados ausentes com licença em Abril.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Portaria de 9 de Maio, mandando submeter à apreciação do Conselho de Seguros as alterações que várias companhias desejam introduzir nas respectivas apólices, com relação a seguros contra risco de incêndio ocasionado por tumulto ou greve.

Despachos concedendo aposentos.

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.

Habilidades para levantamento de créditos.

Relações de títulos de renda vitalícia.

Despachos pela Direcção Geral das Alfândegas, sobre movimento de pessoal.

Acordos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Arrematações (Folha n.º 47, apensa ao Diário de hoje):

Lista n.º 31:599.—No dia 4 de Junho, arrematações no Ministério das Finanças.—Foros de várias corporações, impostos em prédios situados no 4.º distrito de Lisboa e concelhos de Mafra, Lamego e Torres Vedras.

Lista n.º 31:600.—No dia 3 de Junho, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Beja.—Foros e pensão do Hospital de Beja, impostos em bens situados neste concelho.

Lista n.º 31:601.—No dia 5 de Junho, arrematações no Ministério das Finanças.—Foros de várias corporações, impostos em bens situados em vários concelhos e distritos.

Lista n.º 31:602.—No dia 8 de Junho, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Faro.—Foros da Junta de Paróquia de Paderne e da Misericórdia de Aljezur, impostos em bens situados nos concelhos de Albufeira e Aljezur.

### MINISTÉRIO DA MARINHA:

Portaria de 8 de Maio, concedendo a exeguição do respectivo cargo a um vogal da comissão incumbida de estudar um projecto relativo à exploração de jazigos de minérios de cobre e ferro existentes à pais.

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Decreto de 7 de Maio, transferindo duas verbas dentro da tabela da despesa do Ministério dos Estrangeiros, para reforçar a verba destinada a despesas de instalação e viagem de funcionários consulares.

### MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Lei de 9 de Maio, mandando que a lei reguladora da importação do azeite estrangeiro só entre em vigor depois da publicação das instruções a que se refere a mesma lei e de cumpridas determinadas formalidades.

Portaria de 8 de Maio, mandando aceitar o projecto relativo às obras de adaptação da doca de Alcântara ao tráfego comercial e de construção dum molhe na doca de Santos, e estabelecendo vários preceitos para a execução das referidas obras.

Edicto para concessão do diploma ao descobridor dumha mina de urânia, situada no concelho de Belmonte.

Despachos pela Direcção Geral do Comércio e Indústria, sobre movimento de pessoal.

Aviso a um amanuense adido da Escola Elementar do Comércio do Porto para ali se apresentar no prazo de dez dias.

Portaria de 26 de Abril, mandando que um engenheiro maquinista em disponibilidade passe à situação de actividade e seja colocado no Instituto Superior de Agronomia.

Despachos e rectificações a despachos pela Administração Geral dos Correios e Telegraphos, sobre movimento de pessoal.

Despachos elevando à categoria de estação postal a caixa de correio de Bomba e criando uma estação telefona-postal em Mourinhos.

Habilidades para levantamento de créditos.

### MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.

### CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projecto de lei concedendo várias autorizações à Câmara Municipal de Tabuaço.

Senado da República Portuguesa, projecto de lei concedendo um subsídio à Academia de Estudos Livres «Universidade Popular», de Lisboa.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que hão-de ser julgados na sessão de 14 de Maio.

AVÍSOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Câmara Municipal de Lisboa, aviso acerca das obras de transformação a realizar em alguns jazigos do segundo cemitério, em virtude da construção dumha nova rua; aviso para reparação de jazigos e remoção de ossadas nos diferentes cemitérios; anúncio para venda de terrenos.

Junta do Crédito Público, aviso acerca do sorteio de obrigações do empréstimo de 4 por cento de 1888.

Montepio Oficial, élitros para habilitação de pensionistas.

Caixa Geral de Depósitos, mapa do movimento do fundo de viação municipal em Fevereiro.

Caixa Económica Portuguesa, editos para levantamento de depósitos.

Arsenais da Marinha, aviso de ter ficado sem efeito a praça referente ao produto para iluminação denominado Vacelite.

Directoria das Obras Públicas do Distrito do Porto, anúncio para arrematação de artigos de expediente.

Armazém Geral Agrícola de Évora, aviso acerca da anulação do warrant e conhecimento dum depósito.

Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVÍSOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 145 — Cotação dos fundos públicos nas Börsas de Lisboa e Porto, em 7 de Maio.

### CONGRESSO DA REPÚBLICA:

Para os devidos efeitos, e por assim haver sido aprovado, publica-se o seguinte:

A Câmara dos Deputados e o Senado resolvem que o cidadão Dorindo Augusto da Silva possa ser provido definitivamente, com dispensa de quaisquer formalidades legais, na primeira vaga de amanuense das Direcções Gerais de Instrução.

Palácio do Congresso, 9 de Maio de 1912.—Baltasar de Almeida Teixeira.

### MINISTÉRIO DO INTERIOR

#### Direcção Geral da Administração Política e Civil

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República Portuguesa o acto benemérito praticado pelo soldado Gentil da Conceição, n.º 172/6.076 da 1.ª companhia da circunscrição do sul da Guarda Fiscal, no salvamento de João António Pinto, que no dia 8 de Abril findo, pelas vinte e duas horas e meia, caiu ao Tejo e esteve prestes a submergir-se: manda o mesmo Governo, pelo Ministro do Interior, dar ao referido soldado um público testemunho de louvor pela sua dedicada filantropia.

Palácio do Governo da República, em 7 de Maio de 1912.—O Ministro do Interior, Silvestre Falcão.

#### Direcção Geral da Instrução Primária

##### 3.º Repartição

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República Portuguesa que a professora da escola feminina de Santa Bárbara, freguesia das Ribeiras, concelho de Lagos do Pico, círculo escolar da Horta, Ana Carolina da Silveira Madruga, contribuiu para a construção dum edifício escolar destinado à escola para o sexo masculino do referido lugar, com a quantia de 160.000 réis: manda o mesmo Governo que, pelo Ministro do Interior, seja dado público testemunho de louvor à citada professora pelo acto de benemerência que acaba de praticar em favor do desenvolvimento da instrução.

Palácio do Governo da República, em 7 de Maio de 1912.—O Ministro do Interior, Silvestre Falcão.

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República Portuguesa que o benemérito cidadão José da Cunha Vasconcelos, da Vila da Praia, concelho de Santa Cruz, da Ilha Graciosa, círculo escolar de Angra do Heroísmo, tem prestado relevantes serviços à instrução na referida vila, já distribuindo fatos às crianças pobres dum e outro sexo que freqüentam as escolas primárias, já instituindo prémios de 3.500 e 3.000 réis na importância de 33.500 réis, para os alunos que no último ano lectivo obtiveram aprovação no exame do 1.º grau: manda o mesmo Governo que, pelo Ministro do Interior,

seja dado público testemunho de louvor àquele benemérito cidadão pelos benefícios prestados à causa da instrução popular.

Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Maio de 1912.—O Ministro do Interior, Silvestre Falcão.

##### 3.º Repartição

Por despacho de 25 de Abril findo com o visto de 30 do mesmo mês:

Provídios temporariamente os seguintes professores primários classificados em primeiro lugar nos respectivos concursos:

Maria José Ribeiro Lima, diplomada pela escola de Viana do Castelo, com classificação de 13 1/3 valores—na escola mixta da freguesia de Argela, concelho de Caminha, círculo escolar de Viana do Castelo.

Júlia Augusta da Costa, diplomada pela escola do Porto, com a classificação de 16 valores—na escola para o sexo feminino da freguesia da Penha Longa, concelho de Marco de Canavezes, círculo escolar de Penafiel. Alda Alves Sousa de Carvalho, diplomada pela escola de Vila Rial, com a classificação de 12 valores—na escola mixta da freguesia do Vale de Mendiz, concelho e círculo escolar de Alijó.

Transferidos, precedendo concurso, os seguintes professores primários para as escolas abaixo designadas.

Maria da Glória Vaz da Costa, da escola mixta da freguesia de Loivo, concelho de Vila Nova da Cerveira—para a escola mixta da freguesia de Candeil, do mesmo concelho, círculo escolar de Valença.

Rodrigo Augusto Pinto de Carvalho, do segundo lugar da escola freguesia de Oliveira, do concelho de Vila Nova de Ourém—para a escola da freguesia de Gondar, concelho e círculo escolar de Amarante.

Por despacho de 26 de Abril findo, com o visto de 30 do mesmo mês:

Antónia Francisca Urze, diplomada pela escola do Porto, com a classificação de 13 valores—provida temporariamente na escola mixta da freguesia de Vilares de Vilarica, concelho do Alfandega da Fé, círculo escolar de Mogadouro.

Transferidos, precedendo concurso, os seguintes professores primários para as escolas abaixo designadas;

João da Silva Martins da Cruz, da escola da freguesia de Vila Séca, concelho de Barcelos—para a escola da freguesia de Portuzelo, segundo lugar, concelho e círculo escolar de Viana do Castelo.

Alfredo José Domingues Moreno, da escola da freguesia de Cagarelhos, concelho de Vimioso—para a escola da freguesia de Outeiro, concelho e círculo escolar de Bragança.

José Justino Maia, da escola da freguesia de Vila Cova, concelho de Vila Rial—para a escola do lugar de Peñaire, freguesia de Campa, concelho e círculo escolar de Vila Rial.

Manuel Pinto Franco Martins, da escola da freguesia de Gondar, concelho de Caminha—para o 2.º lugar da escola central da freguesia de Grijo, concelho de Vila Nova de Gaia, círculo escolar do Porto (occidental).

Por despacho de 27 de Abril findo, com o visto de 30 do mesmo mês:

Provídios temporariamente os seguintes professores primários classificados em primeiro lugar nos respectivos concursos:

Secundina Rebelo, diplomada pela escola de Braga, com a classificação de 10 valores—na escola mixta do lugar da Ribeirinha, freguesia de Valongo, concelho de Murça, círculo escolar de Vila Pouca de Aguiar.

Inês do Carmo, diplomada pela escola de Bragança, com a classificação de 10 valores—na escola mixta da freguesia de Rio de Onor, concelho e círculo escolar de Bragança.

Por despacho de 19 de Abril último, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 30 do mesmo mês:

Beatriz da Conceição Lapa, professora primária da escola mixta da freguesia de Santana do Mato, concelho de Coruche, cuja escola não pode funcionar por falta de casa—colocada em comissão na escola para o sexo feminino da freguesia de Alcanhões, concelho e círculo escolar de Santarém, tornando-se definitiva esta colocação, sem dependência doutro despacho, logo que seja decretada a aposentação da professora proprietária.

Por despacho de 22 de Abril último, com o visto de 26 do mesmo mês:  
António Santiago, professor primário da escola da freguesia de Freixedas, concelho e círculo escolar de Pinhel — provido definitivamente.

Tendo-se demonstrado no período, relativamente curto, de inobservância do decreto de 19 de Novembro de 1908, publicado no *Diário do Governo* n.º 271, que as nomeações de professores interinos, que, por virtude do artigo 142.º do regulamento de 19 de Setembro de 1902, constitui função dos inspetores escolares, tem dado lugar, por vezes, a manifesto prejuízo do ensino e da justiça;

Atendendo a que o n.º 21.º, do artigo 4.º do regulamento de 23 de Agosto de 1911, atribuiu a mesma função aos inspetores de circunscrição, mas não estabeleceu qualquer regra ou restrição no exercício dessa faculdade; manda o Governo da República Portuguesa que sejam rigorosamente observadas as disposições do mencionado decreto de 19 de Novembro de 1908, em quanto por outro diploma não seja o assunto resolvido.

Paços do Governo da República, em 7 de Maio de 1912.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Por despacho de 8 do corrente mês:

Ínés Margarida de Carvalho, professora primária da escola para o sexo feminino da freguesia de Bouavila, concelho de Avis, círculo escolar da Fronteira — licença de trinta dias, por motivo de doença.

Por haver saído com inexatidão no *Diário do Governo* n.º 107, do 8 de corrente, novamente se publica o seguinte despacho:

Por despacho de 20 de Abril último, com o visto de 26 do mesmo mês:

Antónia do Sacramento Pinhoiro, diplomada pela escola de Lisboa, com a classificação de 13 valores — provida temporariamente na escola para o sexo feminino do lugar de Olho Marinho, freguesia de Amoreira, concelho de Óbidos, círculo escolar das Caldas da Rainha.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 8 de Maio de 1912.—Pelo Director Geral, *José Augusto Caldeira Rebello*.

Para os devidos efeitos se declara aberto concurso documental para o provimento das seguintes escolas:

1.ª Circunscrição escolar — Lisboa

Sexo masculino de Martim Longo, concelho de Alcoutim.

Idem de Lapa, concelho de Torres Novas.

2.ª Circunscrição escolar — Coimbra

Sexo masculino de Taroucaela, concelho de Sines.

Idem de S. João de Lourosa (2.º lugar), concelho de Viseu.

Idem de Figueiredo de Alva, concelho de S. Pedro do Sul.

Idem de Fatais (2.º lugar), concelho de Vouzela.

Idem da Moita, freguesia de Pataias, concelho de Alcobaça.

Idem de Cunha, concelho de Sernancelhe.

Idem de Cadima, concelho do Cantanhede (2.º lugar).

Idem de Loriga, concelho de Ceia (2.º lugar).

Idem da sede do concelho de Figueiró dos Vinhos.

Idem de Aguada de Cima, concelho de Agueda.

Mixta de Anseriz, concelho de Arganil.

Idem do Paranhó de Arca, concelho de Oliveira de Frades.

Idem de Salir de Mato, concelho das Caldas da Rainha.

Idem do Casal do Frade, freguesia de Pombeiro, concelho de Arganil.

3.ª Circunscrição escolar — Porto

Sexo masculino do Grijó, concelho de Vila Nova de Gaia (4.º lugar).

Idem de Bouçães, concelho de Valpaços.

Idem de Pegarinhos, concelho de Alijó.

Idem de Afam, concelho de Mogadouro.

Idem do Foz do Sousa, concelho de Gondomar.

Idem do S. Pedro da Silva, concelho de Mirandela do Douro.

Idem de Ifanes, concelho de Miranda do Douro.

Idem de Ponacova, concelho de Felgueiras.

Idem de Meiros, concelho de Chaves.

Idem de Chacim, concelho de Macedo de Cavaleiros.

Idem da Lebucosa, concelho de Valpaços.

Idem de S. João de Vila Chã, concelho de Ponte da Barca.

Idem de Oucidres, concelho de Chaves.

Idem de Padroncos, concelho de Montalegre.

Idem de Melros, concelho de Gondomar.

Idem de Belver, concelho de Carracedo do Ançais.

Idem de Alturas, concelho de Boticas.

Idem da sede do concelho de Montalegre.

Idem de Queimadela, concelho de Fafe.

Mixa de Carva, concelho de Murça.

Idem de Soutelo Mourisco, concelho de Macedo de Cavaleiros.

Idem de Agrabom, concelho de Alfândega da Fé.

Idem de Cotas, concelho de Alijó.

Idem da Pena, concelho de Vila Rial.

Idem de Parada, concelho de Montalegre.

Idem de Codogoso, concelho do Celorico de Basto.

Sexo feminino do Frossos, concelho de Braga.

O prazo do concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro de 1911, publicado no *Diário do Governo* n.º 6, começa na data da publicação do presente anúncio e termina quinze dias depois, às dezasseis horas.

Os requerimentos dos candidatos devem ser presentes ao inspector da respectiva circunscrição escolar, dentro do prazo do concurso, acompanhado dos documentos indicados no artigo 186.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902.

Nos termos do artigo 29.º da lei de 20 de Março de 1911 não são admitidos candidatos do sexo feminino nos concursos de escolas para o sexo masculino.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 8 de Maio de 1912.—Pelo Director Geral, *José Augusto Caldeira Rebello*.

### Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

#### 1.º Repartição

Atendendo a que o cidadão francês Jean Barès ofereceu ao Governo Português a avultada soma de 20.000 francos para serem despendidos com a publicação e difusão de vocabulários, gramáticas e cartilhas, segundo a ortografia simplificada e já oficial pela portaria de 1 de Setembro do ano findo;

Atendendo a que o notável escritor e jornalista francês faz aquele donativo, para que as obras subsidiadas sejam distribuídas gratuitamente pelas escolas e estabelecimentos que se julgar convenientes possuirem tais publicações;

Atendendo a que este valiosíssimo donativo representa um grande incentivo e auxílio à instrução nacional:

Manda o Governo da República Portuguesa que o cidadão francês Jean Barès seja publicamente louvado por tan valioso e generoso donativo.

Paços do Governo da República, em 6 de Maio de 1912.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Programa da cadeira de História das Instituições do direito romano

#### I.

##### História geral

##### I. — Formação e desenvolvimento do direito romano:

1. Classes primitivas da sociedade. Reforma serviana.
2. Igualdade civil; lei das XII tabus. Igualdade política; lei Licínia. Igualdade religiosa; lei Ogúnia.
3. Elaboração científica do direito: secularização do direito; influência da filosofia grega; direito clássico.
4. Codificação: Códigos gregorianos, hermenegiano e teodosiano; códigos bárbaros; corpo de direito civil.
5. Vigência e influência do direito romano na Península.

##### II. — Religião:

6. Cultos privados e públicos.
7. «Sacra popularia». «Sacra pro populo»; «flamines», «sodalitates», «collegia». Decadência da teologia romana.

##### III. — Administração:

7. Roma: Primitiva constituição soberana da cidade; posterior transformação em capital do império.
9. Itália: Colônias; municípios; prefeituras; cidades aliadas. Extensão da «civitas romana» a toda a Itália e à Gália cisalpina; lei «Julia municipalis». Centralização imperial.

10. Províncias: Cidades comunais, livres e estipendiárias. Governo central. Extensão da «civitas romana» a todo o império.

##### IV. — Instituições políticas:

11. Riazea: origem e atribuições do poder real. Senado. Comícios.
12. República: Caracteres gerais das magistraturas republicanas. Cónsules; pretores; censors; tribunos da plebe; edis; questores; ditadores; «interreges»; prefeitos; decenários; tribunos consulares; pro-magistrados; «apparitores». Senado. Comícios e concílios.
13. Império: Diarquia. Monarquia.

##### V. — Fontes do direito:

14. Costume. Leis. Senatusconsultos. Editos; édito perpétuo. Respostas dos prudentes; lei das cotações. Constituições imperiais. Códigos.

#### II

##### Capacidade civil

15. Antigo conceito da capacidade civil.
16. Ingénuos; escravos; clientes; libertos; pessoas «municipis»; colonos.

17. Cidadãos; latinos; peregrinos; bárbaros.
18. Pessoas «in patria potestate» e «in manu».

19. «Capitis deminutio».
20. Incapacidades de facto.

21. Pessoas jurídicas.

#### III

##### Obrigações

- I. — O estado de obrigado:
22. Primitiva noção traduzida pela palavra «obligatus». Evolução do conceito material para o jurídico.

#### II. — Delitos:

23. Delitos privados e públicos.

24. «Injuria». «Furtum». «Rapiens». «Dampnum». Quasi delitos.

#### III. — Contratos:

25. Evolução do contrato contratual.

26. Elementos essenciais dos contratos. Condições e cláusulas. Classificação.

27. «Nexum». Contratos verbais e literais.

28. Mútuo. Comodato. Depósito.

29. Venda. Locação. Sociedade. Mandado.

30. Pactos e outros contratos.

31. Quasi contratos.

#### IV. — Efeitos e cumprimento das obrigações:

32. Execução e inexecução das obrigações.

33. Prestação. Compensação. Confusão. Novação. Perdão. Cessão.

#### V. — Garantias:

34. Fiança. Penhor. Hipoteca.

#### IV

##### Propriedade

##### I. — Estrutura jurídica da propriedade:

35. Elementos e caracteres do direito de propriedade.

36. Formas primitivas da propriedade imobiliária: o «hereditum» e o «ager gentilicium». A propriedade individual.

37. Propriedade civil e pretoriana.

##### II. — Diposições das couças:

38. Couças «in património» e «extra patrimonium», móveis e imóveis; corpóreas e incorpóreas; «mancipi» e «neutrancipi».

##### III. — Posse:

39. Aquisição, conservação e perda da posse.

40. Interditos possessórios.

##### IV. — Adquisições por título particular:

41. Ocupação. Tradição. Mancipação. «In iure cessio».

42. Usucapção. Adjudicação. Lei. Acesso.

##### V. — Serviços:

43. Serviços prediais: Caracteres comuns. Serviços rurais e urbanas. Constituição. Extinção.

44. Serviços pessoais: usufruto, uso, habitação.

##### VI. — Enfiteuse:

45. «Ager vectigalis» e «ager emphyteuticus». Caracteres distintivos da enfiteuse.

#### V

##### Família

##### I. — Parentesco:

46. O tipo patriarcal.

47. Agnacão. «Gentilitas». Cognacão.

##### II. — Casamento:

48. Justas núpcias: celebração; condições de validade; efeitos; dissolução; segundas núpcias.

49. Concubinato. Matrimónio «sine connubio». «Contubernium».

##### III. — Pátrio poder:

50. Fontes. Efeitos. Termo.

##### IV. — Tutela e curatela:

51. Tutela testamentária, legítima e dativa. Administração e termo da tutela. Tutela das mulheres.

52. Curatela dos alienados, dos pródigos, dos menores e dos pupilos.

#### IV

##### Sucessões

##### I. — Sucessão testamentária:

53. Capacidade do testador.

54. Herdeiros e legatários. Substituição.

55. Inoficiosidade; deserção.

56. Forma dos testamentos.

##### II. — Sucessão legítima:

57. Direito civil. Edito do pretor. Direito imperial. Novelas.

##### III. — Accisão e repúdio de herança:

58. Formas. Efeitos.

#### VII

##### Processo civil

##### 59. Acções da lei.

##### 60. Processo formulário.

##### 61. Processo extraordinário.

##### Programa da cadeira de História do direito português

#### I

##### Introdução

##### SECÇÃO I

##### Nótes preliminares

1. Norma jurídica; sua função específica.

2. Natureza evolutiva do direito. Leis da evolução jurídica.

3. Noção e conteúdo da história do direito. História do direito, história da legislação, história do direito positivo.

4. História externa e interna do direito. Fuentes do direito. Instituições jurídicas.

5. Importância e utilidade da história do direito.

6. Métodos de investigação da história do direito.

7. Métodos de exposição da história do direito.

8. Âmbito da história do direito português.

## SECÇÃO II

## Espanha pre-romana

9. O território espanhol.  
 10. Raças pré-históricas na península.  
 11. Iberos, lígures, celtas: origem e carácter étnico, cultura, instituições políticas, fontes do direito, instituições de direito privado.  
 12. A colonização fenícia e grega: sua natureza e influência na cultura peninsular. Organização política das colónias. Fontes do direito. Instituições de direito privado.  
 13. A dominação cartaginense: seu carácter, sua influência na civilização da península. Organização política. Fontes do direito. Instituições de direito privado.

## SECÇÃO III

## Espanha romana

14. A conquista da península e a sua romanização.  
 15. Organização política e administrativa, regime municipal, organização militar, organização judiciária, regime financeiro.

16. Fontes do direito.

17. Instituições de direito privado.

## SECÇÃO IV

## Espanha goda

18. Conquista da península pelos povos germânicos. Origens, carácter e cultura dos germanos.  
 19. Carácter geral da Espanha goda. Fusão do elemento ibérico e godo.  
 20. Organização política e social da península sob a dominação goda: o rei, os nobres e o clero palatino, o clero e os concilios de Toledo, a classe popular, as assembleias, o município.  
 21. O sistema da personalidade das leis. O direito próprio dos ibéricos-romanos e a legislação própria dos godos. A unificação legislativa. As fórmulas e os documentos.  
 22. Instituições de direito privado.

## SECÇÃO V

## Espanha árabe e a reconquista

23. A ocupação da península pelos árabes e o movimento da reconquista. O mosarabismo.  
 24. Espanha muçulmana: organização política e administrativa (os califas, o *mezuar*, o governo provincial); fontes do direito; instituições de direito privado.  
 25. Espanha cristã: organização política (o poder real, a nobreza, o clero, as beatrias e os concelhos, as cortes, os governadores de províncias); fontes do direito; instituições de direito privado.

## II

## Direito português

## SECÇÃO I

## Instituições do direito público e fontes do direito

## § 1.º—Monarquia limitada pelas ordens

26. A formação da monarquia portuguesa; suas condições determinantes.  
 27. Organização política: a raleza e o conselho do rei; a ordem eclesiástica e a nobreza; a ordem popular e o conselho. As cortes.  
 28. Fontes do direito.

## § 2.º—Regime absoluto

29. Organização política: o absolutismo real e as três ordens sociais.  
 30. Fontes do direito.

## § 3.º—Regime representativo

31. Organização política: características do período liberal.  
 32. Fontes do direito.

## SECÇÃO II

## Instituições do direito privado

## § 1.º—O direito de personalidade

33. Origem e fundamento da personalidade.  
 34. Princípio e termo da personalidade.  
 35. Exclusão do direito de personalidade.  
 36. Limitações ao direito de personalidade.  
 37. Capacidade jurídica privilegiada.  
 38. As pessoas colectivas.

## § 2.º—O direito das obrigações

39. Origem e fundamento do direito das obrigações.  
 40. Modos de constituição das obrigações.  
 41. Cumprimento das obrigações.  
 42. Garantias das obrigações.  
 43. Modalidades das obrigações.  
 44. Extinção das obrigações.  
 45. Categorias das obrigações cíveis.  
 46. Categorias das obrigações comerciais.

## § 3.º—O direito de propriedade

47. Origem e fundamento do direito de propriedade.  
 48. Formas da propriedade. A propriedade individual e colectiva.  
 49. A propriedade mobiliária e a economia medieval.  
 50. A propriedade imobiliária alodial.  
 51. Limitações ao direito de propriedade.  
 52. Modos da aquisição da propriedade. A posse e a prescrição.  
 53. Tutela da propriedade.  
 54. Leis da evolução da propriedade.

## § 4.º—O direito de família

55. Origem e fundamento do direito de família.  
 56. Estrutura do organismo familiar.  
 57. O casamento: suas formas. Impedimentos matrimoniais.  
 58. Relações jurídicas afins do matrimónio.  
 59. Filiação legítima e ilegítima. A legitimação.  
 60. Segundas núpcias.  
 61. Relações pessoais e patrimoniais entre os cônjuges.  
 62. O poder paternal.  
 63. Dissolução do matrimónio.  
 64. Família artificial. Adopção.  
 65. Relações de protecção e assistência de carácter familiar.

## § 5.º—O direito sucessório

66. Origem e fundamento do direito sucessório.  
 67. Formas da sucessão.  
 68. A sucessão legítima.  
 69. A sucessão testamentária.  
 70. A sucessão legítima.  
 71. As disposições *morts causa*.  
 72. As leis da evolução jurídica na história do direito de sucessão.

## Programa da cadeira de Legislação civil comparada

## I

## Preliminares

1. Função do direito civil comparado.  
 2. Sistemas legislativos acerca da existência formal do direito objectivo.  
 3. Sistemas legislativos acerca da determinação do direito subsidiário.  
 4. Sistemas legislativos sobre a sucessão no tempo das normas do direito civil.  
 5. Sistemas legislativos acerca da organização do direito civil.

## II

## Sistemas legislativos sobre a constituição da relação jurídica em geral

## SECÇÃO I

## Sujeito da relação jurídica

## DIVISÃO I

## Pessoas singulares

6. Começo da personalidade jurídica.  
 7. Períodos e graus da incapacidade por menoridade.  
 8. A emancipação e seus efeitos.  
 9. Interdição e medidas de protecção análogas. Causas e extensão.  
 10. Termo da personalidade.  
 11. Ausência e seus efeitos.  
 12. Protecção do nome das pessoas.

## DIVISÃO II

## Pessoas colectivas

13. Noção de pessoas colectivas.  
 14. Classificação das pessoas colectivas.  
 15. Constituição das pessoas colectivas.  
 16. Capacidade das pessoas colectivas.  
 17. Extinção das pessoas colectivas. Destino do seu património.

## SECÇÃO II

## Objecto da relação jurídica

18. Noção do objecto da relação jurídica.  
 19. As pessoas como objecto da relação jurídica.  
 20. As coisas como objecto da relação jurídica.  
 21. Classificação das coisas como objecto das relações jurídicas.  
 22. Universalidades de coisas e de direitos. O património.

## SECÇÃO III

## Facto jurídico

23. Classificação dos factos que determinam a constituição das relações jurídicas.  
 24. O acto jurídico. Seus elementos essenciais: a capacidade, a vontade e a sua manifestação, o objecto.  
 25. Cláusulas acessórias dos actos jurídicos.  
 26. Representação nos actos jurídicos.  
 27. Contratos entre ausentes.  
 28. Interpretação dos actos jurídicos.  
 29. Nulidade, anulabilidade e ratificação dos actos jurídicos.  
 30. Efeitos dos actos jurídicos entre as partes e em relação a terceiros.

## SECÇÃO IV

## Garantia da relação jurídica

31. Limites do uso do próprio direito.  
 32. A legitima defesa e a ação judicária.  
 33. Prova dos direitos subjectivos. Suas formas.  
 34. A prescrição como meio de extinção dos direitos subjectivos.

## III

## Sistemas legislativos acerca da regulamentação das instituições do direito civil

## SECÇÃO I

## Direito das obrigações

35. Conceito de obrigação.  
 36. Modos de constituição das obrigações.  
 37. Categorias de obrigações contratuais.  
 38. Responsabilidade civil. Influência da culpa na constituição das obrigações.  
 39. Conteúdo das obrigações.  
 40. Mora do credor e do devedor.  
 41. Modalidades das obrigações.  
 42. Pluralidade de credores e de devedores.  
 43. Transferência de créditos e de dívidas.  
 44. Garantias das obrigações.  
 45. Extinção das obrigações. Prescrição extintiva.

## SECÇÃO II

## Direitos reais

46. Posse: elementos de constituição, protecção e efeitos.  
 47. Direito de propriedade: conteúdo e limites.  
 48. Compropriedade. Seu regime e seu caráter.  
 49. Meios e condições da aquisição da propriedade.  
 50. Prescrição adquisitiva.  
 51. Propriedades imperfeitas e onus reais.  
 52. Direitos reais de garantia.  
 53. Regime hipotecário.  
 54. Títulos de crédito imobiliário.

## SECÇÃO III

## Relações de família

55. Esposais. Suas formas e seu valor.  
 56. Capacidade matrimonial. Impedimentos do casamento.  
 57. Vícios do consentimento no casamento.  
 58. Forma do casamento.  
 59. Nulidade e anulabilidade do casamento.  
 60. Relações pessoais dos cônjuges. Condição jurídica da mulher casada.  
 61. Relações pecuniárias dos cônjuges. Regime legal e regimes convencionais acerca dos bens da sociedade conjugal.  
 62. Divórcio e separação de pessoas.  
 63. Segundas núpcias.  
 64. Relações entre pais e filhos legítimos. Atribuição, conteúdo e carácter do pátrio poder.  
 65. Adopção.  
 66. Filhos ilegítimos. Sua condição jurídica.  
 67. Comunidade familiar. Parentesco, autoridade doméstica e bens de família. Obrigação alimentícia.  
 68. Instituições pupilares e quase pupilares.

## SECÇÃO IV

## Successões

69. Formas da sucessão. Pactos sucessórios.  
 70. Sucessão legitimária. Legitima e herdeiros necessários.  
 71. Sucessão testamentária. Capacidade de testar.  
 72. Formas do testamento.  
 73. Condições da feitura e da revogação do testamento.  
 74. Herdeiros e legatários.  
 75. Substituições.  
 76. Deserdacção.  
 77. Testamenteiros.  
 78. Sucessão legítima. Critérios de determinação dos herdeiros.  
 79. Sucessão entre parentes ilegítimos.  
 80. Direito de representação.  
 81. Formas de aceitação da herança.  
 82. Posição jurídica do património do herdeiro em relação ao património do autor da herança.  
 83. Colações.  
 84. Partilha: suas formas e seu valor.  
 85. Relações jurídicas entre os herdeiros antes e depois da partilha.  
 86. Petição e venda da herança.

## Programa da cadeira de Economia Política

## Introdução

1. Natureza do fenômeno económico. Classificação dos fenômenos económicos. Fenômenos económicos e fenômenos sociais. Materialismo histórico.  
 2. Necessidades. Utilidade e oferidade. Princípio edonístico. *Homo oeconomicus*. Bens. Riqueza.  
 3. Teoria do valor.  
 4. Objecto da economia política. Denominação da ciéncia.  
 5. Ciéncia e arte económica. Economia política e economia social. Economia nacional e economia mundial.  
 6. Leis económicas.  
 7. Método da economia política. Economia pura. Método das aproximações sucessivas. Método matemático.  
 8. Observação. Inquéritos. Monografias. Le Play e a

*Science Sociale. Experimentação. Comparação. Estatística. História. Relações das colónias.*  
9. Divisão da economia política. Divisão clássica. 'Sistematizações modernas. Plano geral do curso.

### PARTE I

#### Elementos da vida económica

##### LIVRO I

#### Bases da vida económica

##### SECÇÃO I

#### Território

10. Meio natural. Condições geográficas e climáticas. Matérias primas e subsidiárias. Forças motrizes.  
11. Reacção do homem sobre o meio natural. Erros do fatalismo geográfico. A questão da gratuidade da terra.  
12. Condições naturais do território português.

##### SECÇÃO II

#### População

13. Doutrina de Malthus. Neo-malthusianismo. Leis do desenvolvimento da população de Achille Guillard e Cauderlier.  
14. Decrescimento actual da natalidade. Lei do Maine. Despopulação. Ação do Estado no desenvolvimento da população. *Populacionistas. Puericultura.*  
15. Densidade geográfica e densidade sociológica da população.  
16. Desenvolvimento da população portuguesa. Densidade dessa população.  
17. Emigração. Emigração patológica e normal. Valor económico dos emigrantes. Intervenção do Estado na emigração. Imigração. Medidas contra ela.  
18. Emigração rústico-urbana. Urbanismo e suas consequências económicas e sociais. Regresso aos campos.  
19. Emigração portuguesa. Destino brasileiro dessa emigração. Derivação da nossa emigração para as colónias e o Alentejo. Regulamentação da emigração portuguesa. Imigração em Portugal. Urbanismo em Portugal.

##### LIVRO II

#### Evolução da vida económica

##### SECÇÃO I

#### Estadios económicos

20. Período presocrático. Classificação clássica dos períodos da evolução económica (caça; pesca, pastorícia, agricultura e indústria).

21. Economia doméstica. Economia urbana. Corporações de artes e ofícios. O regime corporativo em Portugal.

22. Economia nacional. Regulamentação do antigo regime. Colbertismo. Legislação fabril do Conde de Ereira. Tratado de Methuen. Administração pombeiriana.

23. Economia mundial. Idéias económicas da Revolução Francesa. A liberdade económica em Portugal.

##### SECÇÃO II

#### História das doutrinas económicas

24. Doutrinas económicas da antiguidade clássica e da idade média.

25. Mercantilismo. Proibição da exportação dos metais preciosos. Balança dos contratos. Balança do comércio. Os abusos do crédito de Law.

26. Protecionistas agrários (Vauban, Boisguilbert, Cantillon). Neo-mercantilismo (Molin e Dutot).

27. Reacção francesa contra o mercantilismo. Fisiocracia. Grupos de Quesnay e Gournay.

28. Reacção inglesa contra o mercantilismo: Constituição da escola individualista (Adam Smith, J. B. Say, Malthus e Ricardo).

29. Exagero das doutrinas individualistas sobre o fim do Estado: Escola de Manchester. Exagero das doutrinas individualistas sobre o método: Escolas austriaca e matemática.

30. Atenuação das doutrinas individualistas: Escolas semi-heterodoxa (Stuart Mill) e eclético-liberal (Paulo Leroy-Beaulieu).

31. Socialismo. Distinção do individualismo. Elementos essenciais das organizações socialistas. Divisão do socialismo.

32. História sumária das idéias comunistas. Precursores do colectivismo (Saint-Simon, Fourier, Louis Blanc, Winkelblech [Marx] e Rodbertus Yagetzow).

33. Colectivismo. Parte crítica: Doutrinas de Marx e Lassalle. Parte orgânica: Schaffle, Benoit Malon e Anton Mengen. Colectivismo agrário: Henry George. Colectivismo descentralizador de Jaurès.

34. Internacional. Partidos socialistas nacionais. Programas mínimos.

35. Crise do marxismo. Anarquismo. Sindicato.

36. Escolas intermédias. Historismo. Economia política nacional. Socialismo catedrático. Solidarismo. Cristianismo social.

37. Quadro histórico do desenvolvimento das doutrinas económicas em Portugal.

### LIVRO III

#### Condições da vida económica

##### SECÇÃO I

#### Propriedade privada

38. Caracteres da propriedade privada. Formação histórica. Fundamento jurídico. Conteúdo.

39. Propriedade privada e desigualdades sociais. Propriedade capitalista. Lei da concentração capitalista. Crítica do regime capitalista.

40. Grande e pequena propriedade. Democratização da terra. Movimento legislativo em favor da pequena propriedade. Divisão da propriedade em Portugal.

41. Propriedade de algumas riquezas. Florestas. Quedas de água. Propriedade industrial. Propriedade literária e artística.

##### SECÇÃO II

#### Concorrência

42. Liberdade económica e concorrência. Regime da concorrência. Auto-destruição da concorrência.

43. Concorrência organizada. Sindicatos industriais. *Cartels e Trusts.* Política do Estado nesta matéria.

44. A cooperação como substitutivo da concorrência. Natureza do princípio cooperativo. Diferentes tipos de cooperativas. Cooperativismo em Portugal.

45. Crises económicas. Teoria das crises. Crises económicas portuguesas, especialmente a de 1891.

##### SECÇÃO III

#### Estado

46. Necessidade do Estado. Critérios reguladores da intervenção do Estado na vida económica.

47. Explorações industriais do Estado. Distinção entre o Estado político e o Estado industrial.

48. Municipalização dos serviços públicos. Socialismo municipal. Sistema do contabilismo industrial.

### PARTE II

#### Processos da vida económica

##### LIVRO I

#### Indústria

##### SECÇÃO I

#### Indústria em geral

49. Natureza da indústria. Caracteres da produção. Factores da produção. Classificação das indústrias. Leis da coordenação e das proporções definidas.

50. Trabalho. Trabalho físico e intelectual. Carácter penoso ou atraente do trabalho.

51. Divisão técnica do trabalho. Divisão social do trabalho. Rotação do trabalho. Integração do trabalho.

52. Ensino, técnico. Critérios da sua organização. Sistema português.

53. Capital. Diversas espécies do capital. Formação do capital. Utilidade do capital.

54. Máquinas. Simples instrumentos e máquinas. Master, manufatura, máquina-fábrica. Condições do emprego das máquinas. Influência das máquinas sobre a produção e a condição dos operários.

55. Empresas. Diferentes tipos de empresas. Organização jurídica das diversas formas de empresa colectiva. Vantagens e perigos das sociedades anónimas.

##### SECÇÃO II

#### Indústria em especial

56. Indústrias de ocupação e apropriação. Caça. Pesca. Mineração. Regime jurídico da indústria mineira. Riquezas minerais de Portugal. Estado da nossa indústria mineira.

57. Indústria agrícola. Lei do rendimento menos que proporcional. Escolas económica e agronómica. Industrialização da agricultura. A produtividade da agricultura e as questões sociais. Formas de cultura.

58. Carácter agrícola de Portugal. Regiões agrícolas do nosso país. Produção agrícola portuguesa. Incultos. Leis sobre os cereais. Crise vinícola. Providências adoptadas para a debelar.

59. Mercado Central dos Produtos Agrícolas. Sindicatos agrícolas. Estações agríarias.

60. Indústria transformadora. Grande e pequena indústria. Estado actual da pequena indústria. Degeneração da pequena indústria em salário de domicílio. Deverá proteger-se a pequena indústria?

61. A questão se Portugal poderá ser um país industrial. Estado actual da indústria portuguesa. Progressos realizados.

62. Indústria transportadora. Meios de transporte e comunicação. Caminhos de ferro. Transportes urbanos. Vias férreas e vias navegáveis.

63. Marinha mercante. A marinha mercante como índice da energia dum povo. Decadência da nossa marinha mercante. Proteção à bandeira nacional.

64. Indústria comercial. Diversos ramos do comércio.

Substituição da organização comercial actual: soluções capitalista, cooperativa e socialista. Pequeno comércio.

65. Seguros. Regime económico e jurídico. Monopólio dos seguros pelo Estado.

### LIVRO II

#### Troca

##### SECÇÃO I

#### Troca em geral

66. Natureza da troca. Mercadorias e mercados. Bolsas.

67. Origem da troca. Formas históricas da troca. Economia natural, economia monetária e economia do crédito.

68. Fundamento da troca. Lei dos mercados dos produtos (*débouchés*), de J. B. Say.

##### SECÇÃO II

#### Moeda

69. Moeda e suas funções. Produtos empregados principalmente como moeda. Moeda metálica. Qualidades a que deve satisfazer a mercadoria empregada como moeda.

70. Ameaçação. Cunhagem e emissão da moeda.

71. Tipos monetários. Unidade monetária. Moedas principais e subsidiárias. Toque e peso das moedas. Tolerância de ligas e tolerância de peso.

72. Teoria do valor da moeda. ¿ A moeda constituirá o valor por exceléncia?

73. Variações do valor da moeda. Lei de Gresham.

74. Cálculo das variações do valor da moeda. Números índices (*Index Numbers*).

75. O problema da medida do valor invariável.

76. Regimes monetários. Monometalismo, bimetalismo e ametalismo. Produção do ouro e da prata.

77. Contabilidade social de Solvay. Paz monetária de Luzzati. Moeda no regime socialista.

78. Política monetária dos Estados modernos. União latina. O movimento bimetálico nos Estados Unidos (*Bland act* e *Sherman act*), Inglaterra, Alemanha e França. Triunfo do monometalismo de ouro.

79. Papel moeda e moeda de papel. Valor do papel-moeda. O ágio e as suas leis. Abolição do curso forçado.

80. Balança do comércio e balança económica. Compensação dos débitos e créditos internacionais. Fenômeno do câmbio.

81. Princípios reguladores da cotação dos câmbios. Os arbitrios. Correctivo dos câmbios desfavoráveis. Elevação da taxa de desconto e pagamento dos direitos aduaneiros em ouro.

82. Estabilização do câmbio. Sistema das caixas de conversão.

83. Pregos. Formação dos preços. Lei da indiferença. Preços de monopólio. Lei do lucro máximo de Cournot.

84. Regulamentação artificial dos preços pelo Estado, municípios e sindicatos. Dumping. Tentativas de valorização do café, cacau e outros produtos.

85. Regime monetário português. Unidade monetária. Cunhagem da moeda. Padrão monetário e tipos da moeda. Regime do papel moeda em Portugal.

86. A nossa balança económica. Oscilações dos câmbios em Portugal. Propostas para o pagamento dos direitos aduaneiros em ouro.

##### SECÇÃO III

#### Crédito

87. Conceito do crédito. Títulos de crédito. Letra, cheque e nota de banco. Cheques postais.

88. Vantagens, limites e perigos do circulação fiduciária. A questão se o crédito multiplica os capitais.

89. Bancos. Classificação técnica dos bancos. Classificação económica. Operações bancárias.

90. Taxa de desconto. Desconto e interesse.

91. Legislação portuguesa sobre bancos em geral. A forma da sociedade anónima aplicada aos bancos.

92. Organização dos bancos de emissão. Liberdade ou monopólio. Unidade ou pluralidade de bancos privilegiados. Sistemas do banco de Estado e banco único não governativo.

93. Limites da emissão. Bilionistas e inflacionistas. Lei do refúgio ou de Fullarton. Si-temas intermédios. Soluções das legislações.

94. Os bancos de emissão em Portugal. O Banco de Portugal nas suas relações com o Estado e a economia nacional. Estado actual da circulação fiduciária.

95. Crédito predial. Bancos prediais. Companhia Geral de Crédito Predial Português.

96. Crédito agrícola. Bases para a sua organização. O crédito agrícola associativo na Alemanha, Itália e França. *Warrantagem* dos produtos agrícolas.

97. Instituições portuguesas de crédito agrícola.

98. Crédito industrial e comercial. *Crédit mobilier* francês. Bancos populares. Bancos de exportação.

99. *Clearing Houses*.

##### SECÇÃO IV

#### Troca internacional

100. Comércio internacional e seus caracteres. Teoria dos valores internacionais. A questão do livre-câmbio e do proteccionismo.

101. Tarifas autónomas e convencionais. Tratados de comércio e convenções comerciais. Cláusulas da nação mais favorecida e de reciprocidade. Cláusulas acessórias. Direitos preferenciais e diferenciais. Tarifas de represálias. Direitos compensadores. Anti-dumping.

102. Medidas aduaneiras relativas à exportação: pré-micos; *drawback* e admissão temporária; direitos de exportação. Portos e zonas francos.

103. Regimes aduaneiros contemporâneos. Pautas aduaneiras. Lei das sobretaxas. Lisboa porto franco.

### LIVRO III

#### Réritos

104. Antigo e novo conceito do rédito. Diversas espécies de réditos. Réditos originários. Réditos derivados. Diversos sistemas de repartição.

105. Renda. Renda agrária, miniera e edifício.

106. Nacionalização da renda e do solo. Teoria dos rendimentos ganhos e não ganhos (*earned and unearned income*).

107. Salários. Sua origem e desenvolvimento. Crítica de salarial. Diversas espécies de salários.

108. Leis do salário. Causas determinantes da taxa do salário. Justa salário.

109. Interesse: Natureza do interesse. Taxa do interesse. Tendência que ele apresenta para a baixa. O interesse em Portugal.

110. Lucro. Diferenciado do lucro do interesse. Causas do lucro. Tendências dos lucros para a baixa. Vários expedientes empregados para reagir contra a baixa dos lucros.

### PARTE III

#### Destino da vida económica

111. O consumo como destino da vida económica. Diversas espécies de consumo. Ordem e a hierarquia dos consumos. Consumos nocivos. Alcoolismo. Absentismo.

112. Avareza, prodigalidade e economia. Limite da economia. Espírito de economia.

113. Luxo. Carácter do luxo. História do luxo. Apreciação do luxo. Leis e impostos sumptuários.

114. A pobreza e o progresso social. Proporção dos indigentes nas sociedades contemporâneas. Causas da pobreza. Prevenção da pobreza. Futuro da vida económica.

#### Programa da cadeira de Finanças

##### Introdução

1. Natureza do fenómeno financeiro. Antigas e novas teorias. Elementos político, económico e jurídico que se coordenam no fenómeno financeiro. Necessidades colectivas.

2. Tipos históricos de organização financeira: parasitário, dominial, regalista, tributário e social.

3. Objecto da ciéncia das finanças. Denominação desta ciéncia. Seu desenvolvimento histórico. Cameralistas. Fisiocratas. Adam Smith. Constituição da ciéncia.

4. Estado actual da ciéncia das finanças. Escolas histórica, do socialismo catedrático, austriaca e do socialismo. Autonomia da ciéncia das finanças.

5. Divisão da ciéncia das finanças.

##### I

#### Despesas públicas

6. Natureza das despesas públicas. Seus elementos económicos. Despesas públicas e despesas privadas. Valor económico das despesas públicas.

7. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas certas e variáveis. Despesas de governo e de exercício. Despesas por Ministérios. Capítulos e artigos.

8. Legitimidade das despesas públicas. Concepção inglesa e alemã da despesa pública. Normas económicas, jurídicas e políticas da determinação das despesas públicas.

9. Direitos das duas Câmaras em matéria financeira. Iniciativa das despesas públicas. Regra da autorização prévia das despesas públicas. Independência dos poderes públicos na fixação das despesas públicas.

10. Repartição das despesas públicas entre o Estado e as autarquias locais.

11. Aumento progressivo das despesas públicas. ¿O aumento das despesas públicas será um fenômeno geral? Aumento das despesas públicas em Portugal. ¿O aumento das despesas públicas será um fenômeno aparente? Causas do aumento das despesas públicas. Dificuldade da política de economia. Estatísticas das despesas públicas.

##### II

#### Crédito público

12. Natureza do crédito público. Crédito público e crédito privado. Desenvolvimento histórico do crédito público.

13. Legitimidade do crédito público. Utilidade do crédito público. Tesouros de guerra e reservas mobiliárias dos Estados.

14. Empréstimos públicos. Conceito do empréstimo público. Efeitos económicos dos empréstimos públicos. Com-

paração entre o empréstimo e o imposto. Destino dos empréstimos públicos.

15. Diversas espécies de empréstimos públicos. Vantagens atribuídas aos prestamistas. Emissão dos empréstimos públicos.

16. Teoria da dívida pública. Conceito da dívida pública. Dívida flutuante. Dívida consolidada. Dívida amortizável. Uniformidade e variedade da dívida pública.

17. Operações da dívida pública. Amortização. Seus processos. Conversão. Aspecto jurídico e financeiro das conversões. Tipos diversos de conversões. Inversão de títulos, capitalização, consolidação.

18. Abusos da dívida pública: repúdio, redução de juros, bancarrota e concordata.

19. Desenvolvimento da dívida pública nos principais Estados modernos. História das suas conversões. Métodos para apreciar a importância da dívida pública dum Estado. Democratização da dívida pública.

20. Dívida pública portuguesa. História. Tenças, parades de juros reais, apólices e inscrições.

21. Estado actual da nossa dívida pública. Suas diversas espécies (consolidada, flutuante, amortizável, vicia, corrente, diferida e mansa). Encargos da nossa dívida pública.

22. História das conversões efectuadas entre nós. Convénio de 1902. O projecto da conversão da nossa dívida interna.

23. Administração da dívida pública. Junta do Crédito Público.

24. Regime jurídico dos títulos da nossa dívida. Títulos nominativos, ao portador e mistos. Pagamento dos juros.

25. Cotação dos nossos fundos. Valor corrente e normal destes títulos.

26. Reformas a introduzir no serviço da dívida pública portuguesa.

### III

#### Imposto

##### § 1.º — Natureza do imposto

27. Receitas. Receitas ordinárias e extraordinárias. Receitas de economia pública e de economia privada. Impostos e taxas. Predominio actual das receitas de economia pública.

28. Receitas de Portugal. O nosso déficit.

29. Natureza do imposto. Elementos essenciais do imposto moderno. As antigas teorias da troca e do prémio de seguro.

30. O imposto como um dever social. Consequências deste conceito: a personalidade do imposto, a progressividade do imposto, a determinação da matéria colectável pelas declarações do contribuinte.

31. ¿O imposto será um bem ou um mal? ¿O imposto deverá ter uma função meramente fiscal? Função político-social do imposto de Wagner. Máximas de Adam Smith.

##### § 2.º — Princípios jurídicos da tributação

32. Critério da justiça tributária. Teorias do benefício, do sacrifício e das faculdades.

33. Generalidade do imposto. Mínimo de existência.

34. Imposto proporcional, progressivo, regressivo e desgressivo. Aspecto económico, jurídico e social da questão do imposto proporcional e progressivo.

35. Imposto pessoal e real. Descrição dos diversos rendimentos.

##### § 3.º — Princípios económicos da tributação

36. Matéria colectável. Capitações. Os consumos. O rendimento, o capital e as facultades.

37. Doutrinas económicas e fiscais de Lloyd George. Os novos impostos do direito inglês.

38. Repercussão do imposto. Repercussão, difusão evolutiva e incidência do imposto. Teorias da repercussão limitada e da repercussão indefinida.

39. Aplicação das leis do valor ao fenômeno da repercussão do imposto. Fórmula de De Parieu. Amortização ou capitalização do imposto.

##### § 4.º — Princípios administrativos da tributação

40. Escolha da matéria colectável: impostos directos e indirectos. Antigos teóricos, novos teóricos e práticos. Imposto único e múltiplo.

41. Determinação da matéria colectável: método individual, da declaração do contribuinte e da avaliação administrativa.

42. Determinação da cota individual: imposto de renda e de cotidianeidade. Cota principal e cota adicional. Adicionais e adicionamentos.

43. Espécie em que deve ser pago o imposto: serviços, gêneros ou moeda. Pagamento dos direitos aduaneiros em euro.

44. Lugar e tempo em que deve ser pago o imposto. Modos de cobrança: administração directa e arrendamento.

45. Garantias do Estado na cobrança do imposto, contra a má fé, a má vontade e a insolabilidade do contribuinte. Dupla tributação.

##### § 5.º — Legislação tributária

46. Evolução histórica do imposto. Estrutura dos sistemas tributários modernos.

47. Imposto sobre o rendimento na Inglaterra (*Income-*

*tax*). Reformas últimamente introduzidas neste imposto. Imposto sobre o rendimento e complementar na Prússia *Einkommensteuer* e *Ergänzungsteuer*. Imposto sobre o rendimento na Itália (*imposta sui redditi della ricchezza mobile*). A questão do imposto sobre o rendimento em França.

48. História do imposto em Portugal. Caracteres dos impostos do antigo regime. Impostos dos forais. Directos. Indirectos. Impostos da lei geral.

49. Princípios do regime liberal sobre impostos. Estado actual do nosso sistema tributário. Classificação orgânica dos nossos impostos.

50. Contribuição predial. História e estado actual da legislação. Matéria colectável. Prédios rústicos e urbanos. Isenções. Incidência pessoal. Incultos. Taxa. Matrizes prediais. Cadastro territorial geométrico. Reclamações e recursos. Rendimento da contribuição predial. Sua apreciação.

51. Contribuição industrial. Origem e desenvolvimento histórico. Matéria colectável. Seguros. Isenções. Incidência pessoal. Taxa. Matriz industrial. Reclamações e recursos. Lançamento e repartição. Cobrança. Rendimento desta contribuição. Sua apreciação. Comparação entre o produto da contribuição industrial e o movimento comercial e fabril do país.

52. Contribuição de renda de casas e sumptuária. Origem e transformações posteriores. Matéria colectável. Isenções. Incidência pessoal. Taxa. Matriz. Recursos. Cobrança. Rendimento desta contribuição. Sua apreciação.

53. Décima de juros. História. Matéria colectável. Isenções. Letras. Incidência pessoal. Taxa. Manuscritos diretos e por lembrança. Fiscalização. Denúncias. Lançamento. Reclamações e recursos. Cobrança. Rendimento desta contribuição. Sua apreciação.

54. Contribuição de registo. Origem histórica. As sisas e o imposto de transmissão. Transformações. Matéria colectável: título oneroso e gratuito. Isenções. Transmissões do usufruto e do domínio útil. Tornas. Incidência pessoal. Taxa. Título oneroso. Liquidação. Contratos com simulação de preço. Avaliações. Cobrança. Título gratuito. Liquidação e cobrança. Partilhas amigáveis. Fiscalização. Reclamações e recursos. Rendimento desta contribuição. Sua apreciação.

55. Imposto do selo. Matéria colectável. Cobrança. Fiscalização. Processos por transgressão do imposto do selo. Rendimento deste imposto. Sua apreciação.

56. Direitos de mercê, emolumentos, imposto sobre minas, imposto de rendimento, matrículas e cartas. Idéia geral destes impostos.

57. Impostos de consumo. Origem e desenvolvimento histórico do rial de água. Matéria colectável, incidência pessoal e taxa. Manuscritos e declarações. Avengas. Varejos. Liquidação. Cobrança. Transgressões e desalmhos. Apreensões e denúncias. Rendimento destes impostos. Sua apreciação. Abolição do imposto de consumo.

58. Direitos das alfândegas. Organização das alfândegas. Direitos de importação, exportação, reexportação, trânsito, navegação, tonelagem e porto. Despachos. Regimes especiais: regimes privativos, isenções de direitos e *drawback*, indemnizações de direitos e prémios de exportação. Direitos específicos e *ad valorem*. Depósito e armazéngem. Avarias. Contencioso aduaneiro. Rendimento das alfândegas. Apreciação dos nossos direitos aduaneiros.

### IV

#### Domínio fiscal

59. Conceito do domínio fiscal. Critérios jurídicos, fiscais e económicos para caracterizar o domínio fiscal. Alienação dos bens nacionais. Desamortização. Domínio agrícola, florestal e mineiro.

60. Domínio industrial. Monopólios fiscais, administrativos e mistos. Imprensa nacional, cunhagem da moeda, correios, telegrafos, telefones, caminhos de ferro, lotarias, tabaco, fósforos, álcool e pólvora.

61. Domínio comercial. Operações bancárias.

62. Futuro do domínio fiscal. Provável predominio no futuro das receitas de economia privada.

63. Valor do domínio fiscal português.

### V

#### Orcamento

64. Caracteres do orçamento geral do Estado. Origem histórica do orçamento.

65. Organização dos nossos orçamentos. Divisões e subdivisões orçamentais.

66. Natureza jurídica do orçamento. Valor político do orçamento.

67. Conteúdo do orçamento. Emenda Berthelot.

68. Preparação do orçamento. Poder encarregado de preparar o orçamento. Orçamento ordinário e extraordinário.

69. Teoria da especialização orçamental. Regra da universalidade. Orçamento líquido. Regra da não consignação das receitas públicas.

70. Avaliação das despesas e receitas. Sistemas seguidos.

71. Votação do orçamento. Processo dessa votação. A votação das despesas deverá preceder a das receitas?

72. Anualidade da votação do orçamento. Votação do orçamento antes do começo do período da sua execução. Duodécimos provisórios. Recusa parlamentar do orçamento.

## VI

## Contabilidade

73. Conceito da contabilidade. Diferenças entre a contabilidade pública e dos corpos e corporações administrativas. Períodos financeiros.

74. Contabilidade legislativa. Autorização das receitas e fixação das despesas. Créditos ordinários, suplementares e extraordinários. Teoria e prática dos créditos suplementares. Concussão. Reposições. Responsabilidade dos ministros.

75. Repartição dos créditos legislativos. Distribuição de fundos. Declaração, liquidação, ordenamento e pagamento das despesas públicas. Medidas preventivas para impedir ordens irregulares. História e estado actual entre nós.

76. Contencioso da declaração e da liquidação. Autoridade competente para declarar o Estado devedor. Execução forçada contra o Estado. Discussão teórica e legislação portuguesa.

77. Extinção dos créditos liquidados. Contas gerais do tesouro e dos ministérios. Encerramento definitivo das contas.

78. Contabilidade administrativa. Contabilidade dos ordenadores e dos gerentes ou responsáveis. Contabilidade das receitas e das despesas. Escrituração. Separação do ordenador e do pagador. Responsabilidade dos ordenadores e pagadores. Serviço de tesouraria. Fazeculato.

79. Contabilidade judiciária. Conselho superior da administração financeira do Estado. Funções de consulta, exame, investigação e jurisdição. Sistemas sobre a organização da contabilidade judicial: italiano, francês e belga. História entre nós.

## Programa do curso de Economia social

## I

## Noções preliminares

1. Objecto da economia social. Distinção entre a economia social e a economia política. Utilidade da economia social. Método da economia social.

2. Questão social. Factores da sua solução. Associação livre. Actividade legislativa. Instituições patronais. Eficácia das instituições sociais. Museus sociais.

3. Objecto e espírito da legislação operária. Progressos da legislação operária. Grandes correntes desta legislação. Analogia crescente da legislação operária nos diversos países.

4. Codificação das leis operárias. Código do trabalho. Código alemão dos seguros operários.

## II

## Condición das classes trabalhadoras

5. Alta dos salários. Comparação com o aumento do custo da vida. Salários femininos.

6. Duração do trabalho. Intensidade do trabalho. Salário do domicílio.

7. Desocupação (*chômage*). Causas e consequências.

8. Natalidade, mortalidade e criminalidade da classe operária. Sua cultura intelectual e moral.

9. Liberdade do trabalho e suas consequências. Individualismo do Código Civil.

10. Convênios relativos ao trabalho. Contrato de aprendizagem. Crise da aprendizagem. Preaprendizagem.

11. Contrato de serviço ou trabalho salarial. Cadernetas dos operários. Regulamentos das oficinas.

12. Contrato de trabalho pago por peça ou de empregada.

13. Trabalho dos menores, das mulheres e dos adultos, Dia de oito horas. Repouso hebdomadário. Semana inglesa. Folga anual. Trabalho nocturno. Higiene e segurança das oficinas.

14. Mínimo do salário. Forma e épocas do pagamento do salário. Os abusos do *truck-system*.

15. Garantias da integridade do salário. Prescrição do salário. Protecção do salário da mulher casada.

16. Responsabilidade do patrício. Acidentes do trabalho. Risco profissional e seguro obrigatório.

17. A conciliação é a arbitragem nos conflitos entre patrões e operários. Sistemas de Mundella e Kettle. Tribunais dos árbitros-avindores.

18. A arbitragem obrigatória. Sistema da Nova Zelândia e projecto Millerand.

## III

## Melhoramento das classes trabalhadoras

19. Cooperativas de consumo. Produção pelas cooperativas de consumo. Programa da escola de Nîmes. Cooperativas de consumo profissionais. Cooperação e socialismo.

20. Cozinhas económicas e restaurantes populares. Economatos.

21. Habitações operárias. A filantropia, o patronato, a especulação, o cooperativismo e os poderes públicos. Tipo de habitações operárias. Cidades-jardins. O operário proprietário.

22. Luta contra o alcoolismo. Sociedades do temperança. Luta contra a tuberculose. Sanatórios.

23. Protecção da infância. Creches. Sociedades maternas. Colónias de férias.

24. Instrução e educação do operário. Escolas industriais. Princípios da sua organização.

25. Patronatos e mutualidades escolares. Universidades populares. Teatros populares. Cantinas escolares.

26. Infância delinquente. Tutoria da infância.

27. Sociedades de socorros mútuos. Estado do socorro mútuo em Portugal.

28. Seguros sociais. O princípio da liberdade e da obrigaçao na sua organização. Sistema alemão e belga ou da liberdade subsidiada.

29. Seguro-doença. Seguro-invalidez e velhice. Aposentadorias operárias. Tipos das legislações sobre este assunto.

30. Seguro-acidentes do trabalho. Doenças, profissionais. Seguro-sobrevivência.

31. Seguro-desocupação (contra o *chômage*). Soluções adoptadas para a sua organização.

32. Caixas económicas. Caixas económicas postais.

33. Assistência pública. Assistência privada. Colaboração da assistência pública e da assistência privada. Sistema de Elberfeld.

34. Assistência pelo trabalho. Assistência pelo trabalho no domicílio e na oficina. Assistência pelo trabalho da terra. Colónias agrícolas. Jardins operários.

35. Protecção do Estado. Organização administrativa relativa ao operariado. Ministério do trabalho. Conselhos do trabalho. Inspeção do trabalho. Organização portuguesa.

36. Legislação internacional do trabalho. Tratados sobre o trabalho.

37. Associação para a protecção legal dos trabalhadores. Direito internacional operário.

## IV

## Transformação das classes trabalhadoras

38. Sindicatos e corporações. *Trade-Unions*. As antigas e as novas *Trade-Unions*.

39. Sindicatos operários. Federações sindicais. Bólsas do trabalho. Confederação geral do trabalho.

40. Sindicalismo reformista e sindicalismo revolucionário. Orientação dominante nos congressos sindicais.

41. Sindicalismo agrícola. Sindicalismo administrativo.

42. Sindicatos amarelos. A questão do sindicato obrigatório.

43. Convenções colectivas do trabalho. Sua extensão aos não sindicados.

44. Tendências dos sindicatos para a uniformização do salário, a limitação do número de aprendizes e a exclusão das mulheres.

45. A tese da ação directa. Coalizões e greves. A progressão das greves e o seu valor sintomático. Influência dos sindicatos sobre as greves.

46. Legitimidade do direito de greve. Sua regulamentação. Actos permitidos e proibidos em caso de greve. A questão da greve dos funcionários públicos.

47. Custo das greves. Resultados das greves. Intervenção da força armada. Programa da greve geral.

48. Boycottage. Sabotage. Label. Picketing.

49. Organizações de defesa patronal. Sindicatos patronais.

50. Lock-out. Seguros contra as greves. Direito de recusar ou de despedir os operários sindicados (*open shop and union shop*). Listas negras ou cadernos vermelhos. Rompedores (*bribeurs*) de greves.

51. Participação nos lucros. Resultados que tem dado. Participação nos lucros obrigatória. Participação nos lucros nas sociedades de consumo.

52. *Partnership system* ou sistema da compropriedade operária. Accionarismo operário. Natureza jurídica e económica das acções do trabalho. Direitos dos accionistas operários.

53. Cooperativas de produção. Estado actual das cooperativas de produção. Sua organização. Seus principais tipos. Resultados desta instituição.

54. Bólsas de trabalho de Molinari. *Vaticum*. Sociedades comerciais do trabalho de Yves Guyot. Trabalho em comandita.

55. Direito ao produto integral do trabalho. Teorias sobre que se funda.

## Programa da cadeira de Direito político

## Introdução

## § 1.

1. A convivência social e o fenômeno jurídico.

2. Necessidade, fundamento e manifestações do fenômeno jurídico.

3. Doutrinas do direito individual.

4. Doutrinas do direito social.

5. Interpretação solidarista do direito.

## § 2.

6. Sociedade, direito e Estado.

7. Formação natural e construção jurídica do Estado.

## § 3.

8. Direito objectivo e direito subjectivo.

9. Direito público e direito privado.

10. Do direito objectivo, direito político e constitucional.

11. Direito político e ciência política.

## § 4.

12. Do método na ciência e direito políticos.

13. Os métodos sociológico, jurídico, dogmático e histórico-comparativo.

## PARTE I

## Substância do Estado

## CAPÍTULO I

## Elementos do Estado

## § 1.

14. Colectividade: requisitos para que constitua base legítima do Estado.

15. A nação: características e importância.

16. O princípio das nacionalidades.

17. Relações entre o agregado nacionalista e o Estado.

18. As doutrinas contra-pátria.

## § 2.

19. O território: importância e caracteres.

20. Sua influência na vida e organização do Estado.

## § 3.

21. Soberania ou vínculo político.

22. Sua interpretação histórico-evolutiva.

23. Concepções teocráticas e democráticas.

24. Interpretação realista da soberania.

25. Conteúdo da soberania.

26. Caracteres da soberania.

## CAPÍTULO II

## Funções do Estado

27. Viabilidade e vantagens da divisão das funções do Estado.

28. Doutrinas clássicas e medievais.

29. Idéias de Montesquieu e sua influência.

30. Doutrinas mais recentes: divisão formal das funções do Estado.

31. Divisão material.

32. A escola alemã: idéias de Stein, Laband e Jellinek.

33. A escola francesa: idéias de Hauroiu, Artur e Duguit.

34. Conclusões: natureza e âmbito das funções do Estado.

35. A função legislativa.

36. A função administrativa.

37. A função jurisdicional.

## PARTE II

## Liberdades públicas

## § 1.

38. Liberdades públicas: noções gerais.

39. Apreciação histórico-comparativa: as liberdades públicas em Inglaterra; a *magna charta libertatum*, a *petition of rights* e o *bill of rights*.

40. As liberdades públicas em França: a declaração dos direitos do homem e do cidadão.

## § 2.

41. Liberdade individual: noção e alcance.

42. Regime preventivo e repressivo da liberdade individual.

43. O *habeas corpus*.

## § 3.

44. Liberdade de trabalho, comércio e indústria.

45. Suas garantias e limitações.

46. O contrato de trabalho.

## § 4.

47. O direito de propriedade: justificação sociológica e conteúdo.

48. Restrições de direito de propriedade.

## § 5.

49. Liberdade de pensamento: importância e alcance político.

50. Liberdade de reunião. Distinção entre os direitos de reunião e associação.

51. Liberdade de imprensa.

52. Leis de imprensa.

53. Direito de petição.

54. Liberdade de ensino.

55. Intervenção do Estado na instrução pública.

56. Liberdade religiosa.

57. Religião e política.

58. Regimes de coexistência do Estado e confissões religiosas.

## § 6.

59. Liberdade de associação.

60. Associações religiosas.

61. O sindicalismo.

## § 7.

62. Direito de igualdade.

63. Igualdade social e igualdade política.

## § 8.

64. Liberdades públicas em Portugal.

65. Período absolutista.

66. Período constitucional.

67. Leis actuais.

**PARTE III****Formas políticas****CAPÍTULO I****Formas externas dos Estados****§ 1.º**

68. Noção e importância das formas políticas.  
69. Classificação das formas políticas: classificação de Aristóteles.  
70. Concepção do Estado mixto.  
71. Classificações modernas.

**§ 2.º**

72. Estados unitários e Estados compostos.  
73. Estado unitário: essência e caracteres.  
74. Estados compostos. A união pessoal.  
75. União real.  
76. A confederação: natureza e caracteres.  
77. A federação: essência e caracteres. Paralelos entre o Estado unitário, a confederação e a federação. Exemplos.  
78. Estados meio-soberanos, protegidos, neutros, vasalos e tributários: significação política destes vários agregados.

**CAPÍTULO II****Formas internas dos Estados****§ 1.º**

79. Despotismo e constitucionalismo.  
80. O governo representativo. Caracteres e justificação.  
81. Natureza da representação.  
82. Concepção medieval da representação.  
83. Concepção moderna.

**§ 2.º**

84. O «referendum»: conceito e espécies.  
85. A iniciativa popular, o voto, o plebiscito e o «referendum».  
86. O «referendum» na Suíça: aplicação e resultados.  
87. O «referendum» nos Estados Unidos da América do Norte.  
88. O «referendum» em França.  
89. O «referendum» na Alemanha e Inglaterra.  
90. O «referendum» na Bélgica.

**§ 3.º**

91. Caracterização das formas monárquica e republicana.  
92. Modalidades da forma monárquica.  
93. Modalidades da forma republicana.  
94. Confronto entre as duas formas políticas.

**§ 4.º**

95. Governo parlamentar: caracterização.  
96. O gabinete: natureza e fins.  
97. Fundamento jurídico do governo parlamentar.  
98. Seu funcionamento.  
99. Confronto entre o governo parlamentar e o simplesmente representativo.

**§ 5.º**

100. Monarquia parlamentar: seu conceito e organização.  
101. A monarquia parlamentar em Inglaterra: evolução histórica e organização actual.  
102. A monarquia parlamentar na Espanha, Itália e Bélgica.  
103. Monarquia constitucional: conceito e organização.

**§ 6.º**

104. Confronto com a monarquia parlamentar.  
105. A monarquia constitucional na Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia.

**§ 7.º**

106. República parlamentar: conceito e organização.  
107. A república parlamentar em França.  
108. A república parlamentar em Portugal.

**§ 8.º**

109. República presidencial: conceito e organização.  
110. A república presidencial na União Norte-Americana e no Brasil.

**§ 9.º**

111. República directorial: conceito e organização.  
112. A república directorial na Suíça.  
113. Paralelo entre as três formas republicanas.

**CAPÍTULO III****Classificação económico-social**

114. Possibilidade e importância duma classificação económico-social dos Estados.  
115. Estados burgueses: essência e caracteres.  
116. Estados intervencionistas.  
117. O Estado popular do trabalho.

**PARTE IV****Funções de Estado****CAPÍTULO I****Função legislativa****§ 1.º**

118. A lei: seu conceito formal e material.  
119. Caracteres da lei.

120. Relações entre a função legislativa e a função administrativa.  
121. Lei e regulamento.  
122. Ambito da função legislativa.

**§ 2.º**

123. Agentes da função legislativa.  
124. A assembleia legislativa: sua composição.  
125. Unidade ou dualismo do corpo legislativo.  
126. Sistemas de composição da segunda câmara.  
127. Atribuições da segunda câmara.  
128. O bicameralismo na Inglaterra, França, Alemanha e União Norte Americana.  
129. O bicameralismo em Portugal.

**§ 3.º**

130. Câmara dos Deputados.  
131. Senado.  
132. Organização da representação nacional.  
133. Sistemas eleitorais.  
134. Sistema eleitoral português.  
135. Incompatibilidades e imunidades parlamentares. Seu fundamento e alcance.  
136. Regimento interno das Câmaras.

**CAPÍTULO II****Função administrativa****§ 1.º**

137. Função administrativa: natureza e carácteres.  
138. O acto administrativo.  
139. Faculdades ordinárias e extraordinárias da função administrativa.

**§ 2.º**

140. Agentes da função administrativa: carácter e atribuições.  
141. O chefe de Estado.  
142. Ministros e sub-secretários de Estado.  
143. Responsabilidade ministerial.  
144. A função administrativa em Portugal.

**§ 3.º**

145. Relações entre a função administrativa e as outras funções do Estado.  
146. A ditadura: conceito e espécies.  
147. Os bills de indemnidade.  
148. A ditadura em Portugal.

**CAPÍTULO III****Função jurisdicional****§ 1.º**

149. Função jurisdicional: natureza e caracteres.  
150. Objecto da função jurisdicional.

**§ 2.º**

151. Organização da função jurisdicional: constituição e espécies de tribunais.  
152. Garantias da função jurisdicional.  
153. A função jurisdicional em Portugal.

**Programa da cadeira de Direito administrativo****Introdução**

- Sociedade e Estado; suas relações. Personalidade do Estado. Funções e poderes políticos.
- Actividade jurídica, social e patrimonial do Estado.
- Administração e direito administrativo: teorias.
- Espécies de administração: geral e particular ou circunscripcional; central e local; activa e consultiva; graciosa e contenciosa.
- Fontes do direito administrativo em geral. Fontes legais e fontes doutrináis do direito administrativo português. Codificação do direito administrativo.
- Divisão sistemática da ciência da administração e do direito administrativo.

**PARTE I****Bases gerais da vida administrativa do Estado****I****Teoria das relações administrativas**

- Sujeitos das relações administrativas: pessoas administrativas e administrados. Aspectos público e privado das pessoas administrativas.
- Divisão orgânica do território; origem das circunscrições administrativas; sistemas e graus de divisão. Divisões subalternas do território.
- Relações de direito administrativo: natureza e espécies; nascimento, modificações e extinção.

**II****Agentes da ação administrativa**

- Função pública, ofício público, funcionário público.
- Classificações dos agentes administrativos.
- Jerarquia administrativa; seus efeitos.
- Natureza jurídica da relação entre o funcionário e a respectiva pessoa administrativa.
- Condições gerais da admissão aos ofícios públicos.

Designação e formas de admissão. Incompatibilidades e inelegibilidades.

15. Deveres gerais dos funcionários: declaração de fidelidade; posse; imposições fiscais; encarte e registo do diploma; serviço pessoal; residência; obediência jerárquica; inteligência e zelo; correspondência; segredo de ofício; moralidade e decréto; educação.

16. Responsabilidade dos funcionários: civil; penal; disciplinar. Competência e penas disciplinares.

17. Direitos dos funcionários: Direito ao cargo; poder disciplinar e meio de defesa; delegações de funções; função de autoridade; auxílio da força pública; garantia administrativa; tutela penal do Estado; vencimentos, reembolso de despesas; aposentação; pensões; horas e preceções. Direito de reunião, de associação e de ligação ou greve.

18. Cessação temporária e cessação definitiva do serviço do funcionário; seu suprimento.

**III****Sistemas de administração e coordenação geral da ação administrativa**

19. Descentralização: Determinação do problema no campo da administração. Desconcentração de atribuições; aspectos que pode assumir. Descentralização administrativa propriamente dita; seu critério delimitador. Administração institucional e a descentralização.

20. O princípio sindicalista na administração pública.

21. Tutela administrativa em relação às autarquias territoriais. Fundamento e aspectos desta tutela. Limites da tutela. Fundamento e aspectos desta tutela. Limites da tutela em relação às autarquias institucionais.

22. Inspecção e fiscalização superior. Seu fundamento e importância. Seus efeitos.

**IV****Faculdade regulamentária da administração**

23. Lei em sentido material e formal. Caracteres da norma jurídica. Limites da actividade legislativa.

24. Regulamento. Justificação da faculdade regulamentária; natureza e limites desta faculdade. Regulamentos independentes, de execução e por autorização especial.

25. Sujeitos da faculdade regulamentária. Formas e denominações especiais do exercício desta faculdade.

26. Publicação e obrigatoriedade dos regulamentos.

**V****Actos da administração**

27. Actos das pessoas administrativas: legislativos; de administração; jurisdicionais. Seu sentido material e formal.

28. Divisão geral dos actos da administração: actos de potência pública e actos de pessoas privada. Divisão dos actos de potência pública; actos materiais e actos jurídicos ou administrativos propriamente ditos.

29. Acto administrativo; elementos que o constituem.

30. Classificações e formas dos actos administrativos.

31. Validade do acto administrativo.

**VI****Cessas ou bens das pessoas administrativas**

32. Domínio público e domínio privado das pessoas administrativas. Sujeitos do domínio público.

33. Domínio público marítimo, fluvial e terrestre.

34. Origem, modificações e cessação do domínio público. Conservação e protecção dos seus bens; sua inalienabilidade e imprescritibilidade.

35. Limitações de direito público à propriedade particular; servidões de direito público.

36. Bens de logradouro comum.

37. Domínio privado das pessoas administrativas.

**VII****Responsabilidade da administração**

38. Aspectos público e privado das pessoas administrativas, quanto à sua responsabilidade.

39. Responsabilidade da administração pelos actos dos seus agentes.

40. Responsabilidade no campo do direito privado.

**PARTE II****Serviços administrativos****I****Serviços de organização**

41. Intervenção da administração na formação dos poderes legislativo e judicial: ligeiras referências.

**SEÇÃO I****Órgãos centrais e sua competência**

42. Atribuições do parlamento em relação à administração.

43. Chefe do Estado: suas atribuições e diplomas em que interverão em relação à administração.

44. A função ministerial. Ministros e sub-secretários de Estado. Conselho de Ministros. Atribuições dos Ministros.

45. Número de secretarias de Estado; sua organização geral e indicação sumária dos respectivos serviços.

46. Agentes consultivos da administração central.

## SECÇÃO II

## Órgãos locais e sua competência

47. Divisão orgânica do território. Formação e modificações das circunscrições autárquicas. Consequências destas modificações. Operações de delimitação.

48. Órgãos dos interesses gerais: sua constituição e condições de exercício. Atribuições. Recursos dos seus actos. Empregados seus auxiliares.

49. Corpos administrativos: suas espécies e formação.

50. Eleição dos corpos administrativos. Eleitorado e elegibilidade. Processo eleitoral. Inelegibilidade e incompatibilidades. Encusas.

51. Constituição, organização interna e modo de funcionar dos corpos administrativos. Vacatruras e impedimentos dos seus vogais e seu suprimento.

52. Dissolução dos corpos administrativos.

53. Atribuições dos corpos administrativos e das comissões delegadas. Actos e força executória. Omissões. Reclamações e recursos. Tutela e fiscalização. Referendum.

54. Municipalização de serviços e socialismo municipal. Acordos intercircunscionais.

55. Empregados auxiliares dos corpos administrativos.

## SECÇÃO III

## Órgãos autárquicos institucionais

56. Institutos públicos e institutos de utilidade pública: sua distinção, origem e constituição; funcionamento dos seus órgãos gerentes. Tutela e fiscalização.

## SECÇÃO IV

## Exercício de funções ou serviços administrativos por particulares

57. Ação popular. Concessão de serviços públicos.

## II

## Serviços de meios

## SECÇÃO I

## Meios de segurança e de ordem pública

58. Segurança externa: — Diplomacia: indicações gerais. Exército: indicações gerais; recrutamento militar.

59. Ordem e segurança interna. Polícia administrativa e polícia judiciária.

60. Restrições à liberdade individual: em relação a todos os indivíduos ou a certas classes de pessoas; acerca de cultos, opiniões políticas, ensino, imprensa, reuniões, associações, sindicatos e coligações ou greves; sobre espetáculos e divertimentos públicos; sobre costumes; sobre emigração. Limitações extraordinárias.

61. Polícia sobre: — saúde, águas, caça e pesca, agricultura, minas e pedreiras, estabelecimentos insalubres, incômodos e perigosos, etc.; feiras e mercados, pesos e medidas, etc.; o trabalho, o comércio e a indústria; — a propriedade.

62. Polícia das autárquias circunscionais.

## SECÇÃO II

## Meios económicos e financeiros: a) Fazenda e contabilidade

63. Receitas das pessoas administrativas territoriais: — a) Receita ordinária: impostos, suas espécies, formas de lançamento, cobrança e arrecadação; taxas; outras espécies. — b) Receita extraordinária: empréstimos, condições a que devem satisfazer, formas da sua realização; outras espécies. — c) Receitas especiais.

64. Despesas: sua classificação e espécies.

65. Orçamentos: suas espécies e conteúdo.

66. Contabilidade: contas, condições a que devem satisfazer; seu julgamento.

## SECÇÃO III

## b) Obras públicas; expropriação por utilidade pública

67. Obras públicas; formas jurídicas da sua execução; efeitos destas em relação a terceiros.

68. Expropriação por utilidade pública: bens susceptíveis; sujeitos deste direito; declaração da utilidade pública; fixação e pagamento da indemnização. Processo.

## III

## Serviços de fios

## SECÇÃO I

## Ordem física ou demográfica

69. Indicações gerais sobre a determinação e o movimento da população, a emigração e a saúde pública.

## SECÇÃO II

## Ordem económica ou material

70. — a) Produção. Indicações gerais e legislação sobre agricultura, regime florestal, caça e pesca, minas, trabalho e indústria.

71. — b) Circulação. Indicações gerais e legislação sobre viagem ordinária, navegação, caminhos de ferro e outros meios de transporte; correios, telegrafos e telefónicos; pesos e medidas; moeda; crédito e bancos.

72. — c) Distribuição e consumo. Indicações gerais e legislação sobre instituições de previdência, assistência e beneficência pública e institutos respectivos.

## SECÇÃO III

## Ordem espiritual ou racional

73. a) Instrução. Indicações gerais e legislação sobre a instrução pública nas suas diferentes manifestações.

74. Institutos de ensino. Bibliotecas, museus, etc.

75. Ensino particular.

76. Fiscalização sobre o ensino.

77. b) Moral. Indicações gerais sobre os meios de melhoria dos costumes.

78. c) Religião. Indicações gerais sobre a função da administração em relação às religiões e respectivos cultos.

## PARTE III

## Proteção e garantias contra a administração

## I

## Ordem legislativa

79. Indicações gerais.

## II

## Ordem administrativa

80. Garantias de natureza graciosas: reclamação graciosa; recurso jerárquico.

81. Contencioso administrativo: conceito. Separação entre a administração e a justiça; entre os tribunais judiciais e os administrativos, entre a administração activa e a contemplativa.

82. Órgãos do contencioso administrativo: teorias.

83. Legislação portuguesa sobre a organização e competência dos tribunais do contencioso administrativo.

84. Processo na primeira instância e na instância superior; recursos.

## III

## Ordem judiciária

85. Contencioso comum: indicações gerais.

## Programa de Administração Colonial

## I

## Colonização e ciência colonial

1. Colonização. Seus Caracteres. Emigração e colonização. Colonização e imperialismo.

3. Causas e fim da colonização. Legitimidade e utilidade da colonização.

4. Formas da expansão colonial: anexação; protectorado colonial; esferas de influência.

5. Colônias. Colônias no sentido etnológico e no sentido político. Colônias, possessões e dependências. Fundação de colônias.

6. Feitorias, fazendas, colônias de povoação e colônias mixtas. Aclimatação da raça branca nas regiões tropicais.

7. Colonização antiga e moderna. Colonização espanhola, holandesa, francesa, inglesa, alema, belga, italiana, americana e asiática. As grandes correntes da colonização no século XIX. Futuro da colonização.

8. Colonização portuguesa. Colonização da Índia. Colonização da América. Obra dos portugueses no Brasil. Colonização da África. Organização administrativa das colônias portuguesas. Decadência da colonização portuguesa. Características da colonização portuguesa.

9. Importância actual das colônias portuguesas sob o ponto de vista político e económico. Movimento comercial entre a metrópole e as colônias. Exportação para as colônias. Reexportação colonial. Os déficits coloniais e a sua rectificação.

10. Conceito da administração colonial. Primeiros estudos coloniais. Constituição da ciência colonial. Objecto da administração colonial. Divisão da administração colonial.

## II

## Administração civil e política

11. Colonização livre é oficial. Funções do Estado nas colônias: política, económica e educativa. Trabalhos preparatórios da colonização. Métodos de colonização: a penetração económica e a conquista.

12. Emigração para as colônias. Regiões das nossas colônias próprias para imigrantes europeus. Processos de colonização a aplicar. Resultados demográficos da fixação dos portugueses nas colônias.

13. Colonização por companhias. Natureza das companhias coloniais privilegiadas. Personalidade das companhias coloniais privilegiadas. A questão quanto à nossa companhia de Moçambique.

14. Antigas e modernas companhias coloniais privilegiadas. Legitimidade e utilidade das companhias coloniais privilegiadas modernas. Principais companhias coloniais privilegiadas modernas.

15. Antigas companhias coloniais portuguesas. Apreciação das nossas companhias coloniais privilegiadas. Companhias sub-concessionárias.

16. Regime político das colônias. Sujeição, assimilação e autonomia. Conceito e consequências destes regimes. Sua apreciação.

17. Organização política das colônias inglesas. Colônias de governo responsável, de simples instituições representativas e da coroa.

18. Regime político das colônias portuguesas. A sujeição do regime absoluto. A assimilação do regime liberal.

19. Emancipação das colônias. Legitimidade da emancipação das colônias. Regime político das colônias emancipadas.

20. Alienação das colônias. Teoria e história. Venda das colônias portuguesas. Arrendamento das colônias portuguesas.

21. Política indígena. Conservação dos costumes e instituições indígenas. Codificação dos usos e costumes indígenas. Códigos anglo indianos.

22. Possibilidade da civilização da raça negra. Ação do meio. Negros dos Estados Unidos. Educação e instrução dos indígenas. Luta contra o álcool e o ópio.

23. Direito privado indígena.

24. Direitos políticos dos indígenas. Organismos administrativos indígenas. Mestícos. Concessão do estatuto europeu aos indígenas.

25. Usos e costumes indígenas das colônias portuguesas. Tentativas da sua codificação. Condicionamento jurídico e política dos indígenas nas colônias portuguesas.

26. Regime de instrução. Ensino colonial na metrópole. Ensino nas colônias.

27. Missões. Religiões nas colônias. Islão. Padroeiro do Oriente.

28. Regime legislativo das colônias. Especialidade da legislação colonial.

29. Órgãos legislativos locais. Parlamentos locais e conselhos legislativos.

30. Centralização legislativa. Regimes das leis, dos decretos e misto.

31. Representação política das colônias. Parlamento imperial.

32. Regime legislativo das colônias portuguesas. Províncias urgentes. Representação política das nossas colônias. Poderes legislativos dos governadores das colônias portuguesas.

33. Vigência das leis nas nossas colônias.

34. Administração central. Ministério das colônias. Direcção geral das colônias. Direcção geral da fazenda das colônias. Conselho colonial. Instituto ultramarino.

35. Critérios da organização dos serviços num Ministério das Colônias: o da especialização de serviços e o da especialização geográfica das colônias. Colonial Office.

36. Administração local. Descentralização administrativa. Fórmula de Tocqueville na administração colonial. Unidade de autoridade.

37. Carácter civil dos governos coloniais. Governos militares e governos de militares.

38. Formação dos funcionários coloniais. Métodos de recrutamento. Legislação inglesa, holandesa, francesa e portuguesa.

39. Códigos administrativos em vigor e leis orgânicas das nossas colônias. Tentativa do Código Administrativo, de 3 de Novembro de 1881.

40. Divisão administrativa das colônias portuguesas. Governo colonial. Governo geral. Governo de província. Governo de distrito.

41. Conselhos coloniais. Conselho de governo. Junta geral de província. Conselho de província. Conselho de distrito. Instituições municipais. Comunidades aldeanas da Índia.

42. Noções de organização judiciária. Tribunais europeus e indígenas. O exercício das funções judiciais pela autoridade administrativa.

## III

## Administração económica e financeira

43. Regime das terras. Regime das terras indígenas. Reservas indígenas e aldeamento dos indígenas.

44. Domínio das terras vagas. Concessões gratuitas. Concessões onerosas. Colonização sistemática de Wakefield. Legislação portuguesa. Regime dos prazos. Agrimensura.

45. Regime predial. Especialidade da legislação predial colonial. Mobilização da propriedade. Organização hipotecária. Act Torrens. Legislação portuguesa.

46. Regime mineiro. Propriedade das minas. Exploração das minas. Sistema dos claims. Pessoas a quem devem ser reconhecidos direitos mineiros. Legislação portuguesa.

47. Regime do trabalho. Abolição da escravidão. Relutância do negro pelo trabalho. Métodos directos e indiretos de obter o trabalho negro local. Regime do trabalho local nas colônias portuguesas.

48. Trabalho importado: imigração asiática (*cookies*); imigração africana. Trabalho importado nas colônias portuguesas. Mão de obra em S. Tomé e Príncipe. Questão do cacao escravo. Emigração do trabalho indígena para o Transvaal.

49. Deportação e mão de obra penitenciária. Actual regime presidiário no Ultramar.

50. Culturas coloniais. Borracha, café, algodão, açúcar, cacau e outros produtos. Alcoóis, armas e pólvoras. Vinhos nacionais. Conferências de Bruxelas. Criação de gado na Guiné e Angola.

51. Irrigação. Estações botânicas e jardins de ensaio. A indústria.

52. Meios de transporte. Caminhos de ferro coloniais.

Rede ferroviária de Angola e Moçambique. Convenção com o Transvaal de 1909.

53. Navegação nacional para as colónias. Portos marítimos.

54. Regime da moeda. Saneamento da moeda colonial. Crises monetárias. Moedas indígenas. Câmbio nas colónias. Moeda nas colónias portuguesas.

55. Regime do crédito. Capital nas colónias. Crédito predial e agrícola.

56. Bancos coloniais. A facultade de emissão relativamente aos bancos coloniais. O cooperativismo e o mutualismo no crédito colonial.

57. História do nosso regime bancário colonial. Contrato com o Banco Nacional Ultramarino.

58. Regime aduaneiro. Pacto colonial. Autonomia aduaneira. União aduaneira. Tendências das nações coloniais modernas.

59. Pautas aduaneiras das nossas colónias. Sistema pautal que mais convém às nossas colónias. A liberdade comercial nas colónias da África Ocidental (Bacia comercial do Congo).

60. Regime financeiro. Centralização e descentralização financeira. Despesas de soberania e despesas de administração.

61. Caracteres do sistema tributário colonial. Impostos directos e indirectos. Impostos indígenas. Mussoco. Imposto de palhota. Abcari, Lotarias, jogos e exclusivos de Macau.

62. Empréstimos. Dívida colonial. Orçamento Colonial. Contabilidade colonial.

#### Programa da cadeira de negócios gerais e elementares das instituições do direito civil português

### I

#### Introdução

1. Conceito do direito considerado objectiva e subjectivamente.

2. Divisão do direito objectivo. Classificação das normas jurídicas.

3. Fontes imediatas do direito objectivo. Lei e regulamento; conceito, formação e publicação. Regulamentos das autarquias locais.

4. O costume; conceito e caracteres. Relação entre o costume e a lei. Os usos e costumes como critérios para determinar o conteúdo dum direito subjectivo ou interpretar a vontade nos negócios jurídicos.

5. Fontes do direito civil. Legislação que foi revogada pelo Código Civil. Indicações gerais sobre as modificações que tem sido feitas ao Código Civil.

6. Direito civil subsidiário. A equidade no direito civil.

7. Interpretação das leis; conceito, espécies e elementos. Aplicação das leis por analogia. Fontes e trabalhos preparatórios do Código Civil.

8. Aplicação das leis no tempo; quando começam a vigorar as leis e termina a sua força obrigatória. O princípio da não retroactividade das leis; sua determinação e aplicações. Excepções ao princípio da não retroactividade.

9. Aplicação das leis no espaço; territorialidade e exterritorialidade das leis.

### II

#### Relações e institutos jurídicos

10. Conceito de relação e de instituto jurídico.

11. Classificação das relações jurídicas em obrigações, direitos reais, direitos de família e de sucessão.

12. Exposição descritiva das relações jurídicas compreendidas em cada grupo.

13. O sistema do nosso Código Civil. Assento no código de cada uma das relações jurídicas.

### III

#### Elementos da relação jurídica

##### CAPÍTULO I

###### Do sujeito do direito

14. Conceito de personalidade. Pessoas singulares e colectivas.

15. Começo da personalidade singular. Protecção aos nascituros.

16. Estado e capacidade civil; conceito. Elementos que formam o estado civil.

17. Nacionais e estrangeiros. Nacionalidade originária e adquirida. Perda e readquisição da nacionalidade.

18. O estado de família.

19. Qualidades e condições pessoais que determinam o estado.

20. Domicílio; sua determinação e efeitos.

21. Ausência presumida e declarada.

22. Termo do direito de personalidade.

23. Prova dos principais factos relativos ao estado civil. Organização do registo do estado civil.

24. Classificação das pessoas colectivas.

25. Constituição e representação das pessoas colectivas.

26. Capacidade civil das pessoas colectivas. Seu domínio.

27. Extinção das pessoas colectivas. Destino do seu património.

##### CAPÍTULO II

###### Do objecto do direito

29. Objecto do direito. Distinção entre objecto imediato e mediato.

30. Direitos sobre as pessoas.

31. Direitos sobre as coisas.

32. Noção de património.

33. Classificação das coisas consideradas em si, nas suas relações umas com as outras e quanto aos direitos de que são susceptíveis.

##### CAPÍTULO III

###### Dos factos jurídicos

34. Noções de aquisição, modificação, extinção de direitos e de sucessão nos direitos.

35. Classificação dos factos jurídicos.

36. O tempo em relação aos factos jurídicos.

37. Negócios jurídicos; noção, requisitos e classificação.

38. Capacidade legal e natural para os negócios jurídicos.

39. Vontade. Manifestação da vontade. O silêncio como manifestação da vontade. Negócios jurídicos formais.

40. Relação entre a vontade real e a declarada. Simulação.

41. Vícios da vontade.

42. Representação nos negócios jurídicos; conceito e espécies. Ratificação.

43. Conteúdo dos negócios jurídicos. Conteúdo proibido.

Elementos que formam o conteúdo dos negócios jurídicos.

44. Cláusulas acessórias dos negócios jurídicos.

45. Interpretação dos negócios jurídicos.

46. Nulidade e ratificação dos negócios jurídicos.

47. Dos negócios jurídicos em relação à terceiros; idéias gerais. Noção de terceiros. Natureza das disposições em que se estabelecem formalidades para que os negócios jurídicos produzam efeitos em relação a terceiros.

48. Organização do registo predial.

49. Factos ilícitos; noção, elementos e efeitos que dêles derivam. Responsabilidade civil das pessoas colectivas.

##### CAPÍTULO IV

###### Do exercício, prova e extinção dos direitos

50. Exercício de direitos; noções gerais. Limites desse exercício.

51. A legítima defesa e a acção judiciária.

52. Da prova dos direitos em geral.

53. Sistema de provas: confissão, documentos, declaração sob palavra de honra, testemunhas, vistorias e exames, presunções e caso julgado.

54. Da extinção dos direitos; noções gerais.

55. Da prescrição em geral.

#### Programa da primeira cadeira de Direito Civil

### I

#### Das obrigações

##### TÍTULO I

###### Das obrigações em geral

1. Conteúdo do direito das obrigações. Natureza do vínculo obrigatório. Sistema do Código Civil em matéria de obrigações.

2. Elementos de obrigações. Modalidades das obrigações quanto ao sujeito, ao objecto ou conteúdo e ao vínculo jurídico.

3. Do cumprimento das obrigações. Significação da fórmula legal «dos efeitos e cumprimento dos contratos». Cumprimento das obrigações de objecto determinado, das alternativas, das genéricas, das pecuniárias, das líquidas e ilíquidas.

4. Tempo e lugar em que as obrigações devem ser cumpridas.

5. Do não cumprimento das obrigações. Responsabilidade que o devedor assume pelo não cumprimento. Causas legítimas do não cumprimento das obrigações. Impossibilidade de cumprimento das obrigações. Mora. Determinação e liquidação das perdas e danos.

6. Efeitos indirectos das obrigações; em que consistem e qual o seu fundamento. Concessões em que os credores podem anular os actos dos devedores.

7. Transmissão das obrigações. Princípio relativo à sucessão nas obrigações. Cessão de créditos. Subrogação nos créditos. Transmissão dos títulos de crédito.

8. Modos por que se extinguem as obrigações; condições gerais. Pagamento e dação em pagamento. Proposta de pagamento e consignação em depósito. Compensação. Novação. Confusão. Renúncia. Prescrição.

9. Conceito e classificação das garantias das obrigações.

10. Garantias pessoais.

11. Garantias reais.

12. Concurso de credores.

13. Negócios jurídicos por que se constituem relações de obrigações.

14. Contratos: sua classificação. Contratos entre ausentes. Contratos feitos em nome próprio e próvelo de outrem.

15. Responsabilidade das partes contratantes no caso de nulidade dos contratos por impossibilidade física ou legal.

16. Efeitos gerais dos contratos. Contractos sinalagmáticos. *Exceptio non adimplenti contractus*. Rescisão dos contratos.

17. Garantias especiaisalguns contratos. Envio.

18. Efeitos acessórios dos contratos. Cláusula penal. Negócios jurídicos unilaterais. Propostas a pessoas determinadas ou indeterminadas. Os títulos de crédito. Negócios jurídicos unilaterais que na nossa legislação se denominam contratos.

19. Factos ilícitos: sua classificação.

20. Locus-petitum à custa alheia.

##### TÍTULO II

###### Das obrigações em especial

22. Contratos especialmente regulados do Código Civil. Elementos específicos de cada um deles e sua forma. Relações de obrigação que por elas se constituem entre as partes.

23. Gestão de negócios.

24. Pagamento não devido.

25. Responsabilidade civil conexa com a criminal: como pode ser exigida e deve ser graduada, sobre quem recai e quem tem direito à indemnização. Responsabilidade civil por facto de outrem. Responsabilidade civil pelos danos causados pelas coisas. Responsabilidade civil pela inobservância de regulamentos ou de regras observadas na prática. Os acidentes no trabalho.

### II

#### Dos direitos reais

26. Conceito e classificação dos direitos reais. Sistema do Código Civil em matéria de direitos reais.

27. Posse; noção e elementos. Como se adquire, perde e transmite. Fundamento e garantias da posse. Efeitos da posse.

28. Conceito e espécies do direito de propriedade.

29. Propriedade comum; seu regime. O quinhão. Os muros e paredes comuns. Edifício pertencente a diversos proprietários.

30. Meios por que se adquire e perde o direito de propriedade. Ocupação. Prescrição positiva. Trabalho. Acesso.

31. Conteúdo do direito de propriedade: direito de fruição, de exclusão e defesa, de indemnização e de alienação.

32. Limites estabelecidos pela ordem jurídica ao direito de propriedade; noções gerais. Relações de vizinhança. Regulamentação da propriedade em matéria de águas. Expropriação.

33. Serviços. Modos por que se podem constituir, seu exercício e extinção. Serviços de águas.

34. Propriedades denominadas imperfeitas. O usufruto. O uso e a habitação. O compásco. A enfitese a subenfitese. O censo.

35. Onus reais e direitos de garantia.

36. Regime da propriedade literária, artística e dos inventos.

#### Programa da segunda cadeira de Direito Civil

### I

#### Direito de família

##### CAPÍTULO I

###### Preliminares

1. Conceito das relações de família. A sociedade conjugal e o parentesco.

2. A posse de estado nas relações de família.

3. Sistema do Código Civil quanto aos direitos de família.

##### CAPÍTULO II

###### A sociedade conjugal

4. Como se constitui a sociedade conjugal. Promessa de casamento.

5. Condições de validade do matrimónio. Impedimentos que anulam o matrimónio e que tornam o matrimónio anulável e irregular. Vícios de consentimento. Formalidades do casamento.

6. Sancção dos impedimentos que tornam o matrimónio irregular.

7. Anulação do matrimónio. Seus efeitos.

8. Meios de prova do matrimónio.

9. Relações pessoais entre os cônjuges.

10. Relações patrimoniais entre os cônjuges. Disposições gerais. Doações e deixas entre esposados. Doações para casamento.

11. Regimes de bens no matrimónio. formulados no Código Civil.

12. Doações entre os cônjuges.

13. Modificações da sociedade conjugal. Simples separação judicial de bens. Separação judicial de pessoas e bens.

14. Dissolução do matrimónio. Divórcio.

15. Direito do viúvo e do ex-cônjuge a alimentos.

16. Segundas nupcias.

##### CAPÍTULO III

###### Instituições de proteção a menores e de assistência entre parentes legítimos

17. Poder paternal. Como se constitui. Vindicação e contestação do estado de filho legítimo.

18. Legitimação.
19. Relações entre os pais e os filhos na constância do matrimónio.
20. Relações entre os pais e os filhos depois de dissolvido o matrimónio.
21. Causas de inibição do poder paternal. Como termina esta poder.
22. Tutela dos filhos legítimos.
23. A obrigação de alimentos.

**CAPÍTULO IV****Da família ilegítima**

24. Filiação ilegítima. Reconhecimento desta filiação.
25. Obrigações em que o pai fica constituido para com a mãe pelo facto da procriação.
26. Relações entre os pais e os filhos ilegítimos.
27. Tutela dos filhos perfeitos.
28. Tutela dos filhos incestuosos.
29. Tutela dos expostos e abandonados.
30. A obrigação alimentícia entre parentes ilegítimos.

**CAPÍTULO V****Instituições de proteção de maiores**

31. Tutela dos interditos por alienação mental.
32. Tutela dos interditos por surdo-mutismo.
33. Administração dos bens do pródigo.

**II****Direito de sucessão****CAPÍTULO I****Noções e disposições gerais**

34. Conceito de sucessão por morte e seu fundamento.
35. Legitima e cota disponível. Cálculo para a determinação desta.
36. Formas de sucessão.

**CAPÍTULO II****Da sucessão testamentária**

37. Natureza do testamento.
38. Capacidade para testar.
39. Capacidade para adquirir por testamento.
40. Forma dos testamentos.
41. Herdeiros e legatários. Direito de acrescer.
42. Substituições.
43. Deserdado.
44. Cláusulas acessórias do testamento.
45. Revogação e caducidade das disposições testamentárias.
46. Testamenteiros. Como devem ser cumpridos os legados.

**CAPÍTULO III****Da sucessão legítima**

47. Ordem da sucessão.
48. Direito de representação.

**CAPÍTULO IV****Disposições comuns às duas formas de sucessão**

49. Abertura da herança.
50. Relações entre o património do defunto e o do herdeiro. Aceitação simples e a benefício de inventário.
51. Do repúdio da herança.
52. Da herança jacente.
53. Relações entre os herdeiros. Colação.
54. Partilha. Modos por que pode efectuar-se.
55. Relações entre os herdeiros e terceiros. Feticção de herança. Pagamento das dívidas.

**Programa da cadeira de direito comercial****I****Introdução**

1. Formação e desenvolvimento histórico do direito comercial.
2. História do direito comercial português. O direito comercial português até o código de 1833. O código de 1833. O Código Comercial de 1888.
3. Legislação que o novo Código Comercial revogou.
4. Legislação anterior que ficou em vigor.
5. Questões transitórias.

**II****As relações jurídico-comerciais****SECÇÃO I****Elementos essenciais das relações jurídico-comerciais**

6. Factos e actos jurídico-comerciais — Actos de comércio.
7. Objecto das relações jurídico-comerciais:
8. Sujeito das relações jurídico-comerciais — Da capacidade comercial. Dos comerciantes; firma; marcas de fábrica e de comércio; escriturário mercantil; balanço e prestação de contas; registo comercial. Pessoas e instituições auxiliares do comércio: corretores; bôlas e operadores de bôlas; feiras e mercados; armazéns e lojas; bancos e operações de banco.

**SECÇÃO II****Obrigações mercantis em geral**

9. Constituição das obrigações mercantis.
10. Prova das obrigações mercantis.

11. Características e modalidades das obrigações mercantis.
12. Obrigações de sujeito activo indeterminado; títulos de crédito.
13. Garantias das obrigações mercantis.
14. Cumprimento das obrigações mercantis.
15. Não cumprimento das obrigações mercantis.
16. Extinção das obrigações mercantis.

**SECÇÃO III****Obrigações mercantis em especial**

- § 1.º Sociedades, conta em participação e empresas
17. Sociedades comerciais. Noções gerais; caracteres diferenciais.
18. Espécies de sociedades comerciais.
19. Natureza jurídica das sociedades comerciais;
20. Forma do contrato de sociedade.
21. Obrigações e direitos dos sócios.
22. Dissolução e prorrogação das sociedades comerciais.
23. Entrada e saída de sócios.
24. Transformação dumha sociedade comercial noutra de diversa espécie.
25. Fusão.
26. Liquidação e partilha.
27. Das publicações.
28. Das acções.
29. Das prestações.
30. Sociedades em nome colectivo.
31. Sociedades anónimas.
32. Sociedades em comandita.
33. Sociedades por cotas.
34. Sociedades cooperativas.
35. Conta em participação.
36. Empresas.

**§ 2.º Transferência de causas ou direitos**

37. Compra e venda.
38. Reporta.
39. Troca.
40. Empréstimo.
41. Aluguer.

**§ 3.º Prestação de serviços**

42. Mandato comercial. Dos gerentes, auxiliares e caixeiros. Contrato de comissão.
43. Contrato de transporte.
44. Contrato de depósito. O depósito de géneros e mercadorias nos armazéns gerais.

**§ 4.º Seguros**

45. Contrato de seguro. Noções gerais. Seguros contra riscos; diferentes espécies: seguros contra fogo; seguro de transportes por terra, canais ou rios. Seguro contra riscos de mar; noções gerais. Seguros de vida.

**§ 5.º Títulos de crédito**

46. Letras. Sua natureza jurídica, requisitos. Capacidade cambiária. Saque. Aceite. Indossso. Aval. Vencimento. Pagamento. Protesto. Ressaque. Prescrição cambiária.
47. Livrancas e cheques.
48. Unificação do direito cambiário.

**§ 6.º Conta corrente**

49. Conta corrente. Natureza jurídica e efeitos. Encerramento da conta corrente. Termo do contrato.

**SECÇÃO IV****Direito comercial marítimo**

50. O comércio marítimo. Dos navios; proprietário capitão e tripulação. Conhecimentos e fretamento. Passageiros. Seguros marítimos; abandono; avarias; arrabadas forçadas e abaloação. Contrato de risco. Salvação e assistência.
51. Unificação do direito marítimo.

**Programa da cadeira de Direito Penal****I****Introdução****SECÇÃO I****Evolução do direito penal****§ 1.º — Período da vingança privada**

1. Formas primitivas da reacção contra o crime.
2. O direito de vingança; seus princípios fundamentais.
3. Limitações ao direito de vingança: o talião e a compoção.
4. A transformação da composição em multa ou penalidade por via do direito feudal.

**§ 2.º — Período da vingança divina e pública**

5. Concepção religiosa e política da pena; a ideia de expiação e intimidação.
6. As penas corporais; sua generalização.

**§ 3.º — Período humanitário**

7. O movimento filosófico do século XVIII e a sua influência na legislação penal.
8. A escola penal clássica.
9. Espírito das modernas legislações penais.

**§ 4.º — Período científico contemporâneo**

- A) A escola criminal positiva
10. Precursors da escola criminal positiva.
11. A patologia mental e a antropologia geral; sua influência na constituição da antropologia criminal.
12. A sociologia criminal; sua constituição.
13. A psicologia criminal.
14. A temibilidade do delinquente e o conceito da desesa social.
15. Lombroso e a existência dum tipo criminal antropológico; caracteres do criminoso-nato.
16. Origem e natureza da delinquência.
17. Classificação dos delinqüentes.
18. Factores antropológicos do delito: raça, hereditariedade, idade, sexo, estado civil, profissão, domicílio, classe social, instrução, educação.
19. Factores físicos do delito: o clima e as estações, influências termo-eléctricas, ação da luz, raios químicos, constituição geológica e relevo do solo, produção agrícola.
20. Factores sociais do delito: densidade da população, emigração, augeção e imitação, religião, alcoolismo, morfismo e cocaína, prostituição, condições económicas, constituição política.

**B) Os dissidentes da escola criminal positiva**

21. A escola francesa.
22. A terza escola.

**C) O eclectismo penal**

23. A União internacional de direito penal.
24. O neo-espiritualismo.

**D) A reação contra o crime**

25. Visionária criminal da actualidade.
26. Aumento numérico dos crimes; a delinquência precoce; a reincidência.
27. Leis da criminalidade.
28. Prevenção e repressão penal.
29. Meios preventivos na ordem económica, familiar, educativa, política e administrativa, científica, religiosa e civil.
30. Meios repressivos; alcance da repressão; a descentralização da justiça repressiva; o regime penal e as várias categorias de criminosos.

**SECÇÃO II****Evolução do direito penal português**

31. Elementos que concorreram para a formação do direito penal português: direito romano, direito germânico, direito consuetudinário, direito canónico.
32. O direito neo-gótico; os forais.
33. As ordenações; carácter do direito penal.
34. A legislação extravagante e o não-uso e a sua acção na suavização do regime penal.
35. Tentativas de reforma da legislação penal no antigo regime e no período constitucional.
36. O Código Penal de 1852: fontes doutrinais e legais, divisão, sistema.
37. O movimento de reforma do código: projecto de 1861; reforma penal de 1867; propostas de 1870, 1871 e 1883.
38. A reforma penal de 1884.
39. O Código Penal de 1886; sua orientação filosófica; fontes legais; divisão; sistema.

**II****A lei penal, a infracção penal, a pena****SECÇÃO I****A lei penal**

40. Fontes do direito penal.
41. Interpretação da lei penal.
42. Força obrigatória da lei penal quanto ao tempo.
43. Força obrigatória da lei penal quanto ao espaço.
44. Força obrigatória da lei penal quanto às pessoas.

**SECÇÃO II****A infracção penal****§ 1.º — Noções gerais**

45. A infracção como fenómeno social; o delito natural.
46. A infracção como fenómeno jurídico; a sancção penal.

**47. Factos ilícitos civis e penais.****48. Factos jurídicos penais diversos do delito.****49. Infracção penal e transgressão disciplinar.****§ 2.º — Distinção das infrações**

50. Crime, delito, contravenção.
51. Crimes públicos e particulares.
52. Crimes políticos.
53. Crimes de imprensa.
54. Crimes militares.
55. Crimes permanentes e instantâneos, simples e ha-

bituais, de ação e de inação, complexos, conexos, contínuos.

56. Crimes materiais e formais.

57. Crimes flagrantes e não flagrantes.

58. Crimes dolosos e culposos.

### § 3.º Elementos constitutivos da infracção

#### A) Sujeito da infracção

69. O indivíduo como sujeito da infracção penal. Determinação legal dos agentes da infracção.

60. As pessoas colectivas.

61. As multidões; o meio social.

#### B) Objecto da infracção

62. Sujeito passivo e objecto da infracção.

63. Determinação do objecto da infracção.

#### C) Elementos materiais da infracção

64. Fases da infracção; elementos de punibilidade.

65. Manifestação da resolução criminosa; declarações e ameaças; conjuração e associação de malfeiteiros.

66. Actos preparatórios.

67. Actos de execução; delito imperfeito e suas modalidades; o delito impossível.

68. Consumação da infracção.

#### D) Elementos morais da infracção

69. Condições da responsabilidade criminal.

70. Livre arbitrio e responsabilidade moral; determinismo e responsabilidade social.

71. A negação do livre arbitrio e as conclusões da ciência criminal contemporânea.

72. Graus de moralidade da infracção: dolo e culpa.

### § 4.º Circunstâncias da infracção

#### I

##### Justificativas

###### A) Causas de justificação subjectivas

73. Causa fisiológica: a idade.

74. Causas psicológicas: a coação, as paixões, a ignorância e o erro.

75. Causas patológicas: a alteração das faculdades mentais, a embriaguez e o alcoolismo, o morfínismo e o cocaísmo, a hipnose, a sugestão criminosa, o sonambulismo, a surdez-mudez, a cegueira.

###### B) Causas de justificação objectivas

76. Autorização legal; ordem de autoridade legítima.

77. Legitima defesa. Legitima defesa recíproca.

78. Estado de necessidade.

79. Consentimento da vítima. Comparticipação de suícidio. Duelo.

80. Vias de facto e violências no exercício dum direito.

#### II

##### Atenuantes

81. Evolução do direito quanto às circunstâncias atenuantes. Determinação das circunstâncias atenuantes. Efeitos.

82. Escusas legais. Escusas gerais, especiais, peremptórias.

#### III

##### Agravantes

83. Circunstâncias agravantes gerais: concurso de infracções, reincidência.

84. Circunstâncias agravantes especiais.

### § 5.º Pluralidade de agentes de infracção

85. A participação criminosa.

86. A co-autoria.

87. A cumplicidade.

88. O encobrimento.

### § 6.º Consequências civis da infracção

89. A restituição.

90. A indemnização por perdas e danos.

91. As custas judiciais.

### SECÇÃO III

#### A pena

##### § 1.º Regime das penas

92. Justificação, fim, eficácia e requisitos da pena.

93. O critério da proporcionalidade da pena.

94. A individualização da pena.

95. Diversidade essencial entre a pena e as outras sanções.

96. Classificação das penas.

97. O regime das penas no Código Penal Português.

##### § 2.º A execução da pena

98. Princípios relativos à execução da pena: autoridade investida no direito de execução.

99. A prisão preventiva.

100. A liberdade condicional.

101. A substituição das penas.

##### § 3.º A extinção da pena

102. A morte do condenado e o princípio da personalidade das penas.

103. A prescrição da pena.

104. O perdão da pena.

105. A amnistia.

106. A reabilitação do condenado.

#### III

##### Das crimes em especial

107. Teoria dos crimes políticos. O crime da conjuração. Seus elementos. Fases do crime da conjuração. Sangões.

108. Teoria dos crimes contra as pessoas. O crime de homicídio. Homicídio voluntário e involuntário. Parricídio, infanticídio, aborto, duelo. Concurso do homicídio com outros crimes. Sangões.

109. Teoria dos crimes contra a propriedade. O crime de furto. Seus elementos. Furto e roubo. Furto simples e qualificado. Sangões.

110. Teoria dos crimes contra a ordem e tranquilidade pública. O crime de falsidade. Crimes de moeda falsa, falsificação de selos, títulos, marcas, escritos. Elementos destes crimes. Sangões.

111. A contravenção de embriaguez. Casos em que se verifica. A reincidência na embriaguez. Sangões.

##### Programa da cadeira de Organização Judiciária e processo ordinário

#### I

##### Organização dos tribunais de justiça

#### SECÇÃO I

##### Tentativa conciliatória

1. Utilidade da tentativa conciliatória. Carácter facultativo ou obrigatório.

2. A tentativa conciliatória em Portugal.

#### SECÇÃO II

##### Especialização das jurisdições

3. Jurisdição universal e jurisdição especializada. Tribunais comuns e especiais.

4. Quadro dos tribunais especiais: comerciais, industriais (árbitros-avôndores), marítimos, consulares, criminais, militares, da armada, administrativos, fiscais e de honra.

#### SECÇÃO III

##### Graus de jurisdição

5. Magistraturas inferiores. Sua utilidade.

6. As magistraturas inferiores em Portugal.

7. Recurso de apelação. Vantagens e inconvenientes. Graus de apelação. Amplitude intrínseca e extrínseca deste recurso.

8. Recurso de revista. Necessidade e função do tribunal de revista.

9. O recurso de revista em Portugal.

#### SECÇÃO IV

##### Composição interna dos tribunais

10. Organização singular e colectiva. Opiniões radicais. Solução intermédia: Organização portuguesa.

11. Intervenção do elemento popular. O júri na evolução histórica e em Portugal. Apreciação do júri civil, comercial e criminal.

#### SECÇÃO V

##### Divisão judicial

12. Critérios em que deve inspirar-se a formação de circunscrições judiciais.

13. Divisão judicial portuguesa.

#### SECÇÃO VI

##### Ministério público

14. O ministério público na evolução histórica.

15. Constituição e funções do ministério público. Formas de intervenção.

16. A escola francesa e a escola italiana sobre a organização e funções do Ministério Público.

#### II

##### Processo ordinário e sumário

##### Preliminares

17. Promulgação do Código de Processo Civil. Revogação das leis anteriores. Alterações posteriores.

18. Promulgação do Código de Processo Commercial. Economia geral deste código. Vicissitudes posteriores. Revogação das leis anteriores.

19. Nocão e divisão do processo.

20. Estrutura dos Códigos de Processo Civil e comercial.

21. Sistematização das matérias.

#### SECÇÃO I

##### Teoria da ação

22. Conceito de ação.

23. Divisão das ações. Importância da classificação..

24. Partes principais e acessórias.

25. Condições de legitimidade: o interesse, a capacidade, a assistência judiciária.

26. Interesse: em que consiste. Discriminação entre a legitimidade e a improcedência da ação. Interesses individuais.

27. Capacidade judiciária: como se determina. Representação dos incapazes, das pessoas morais e dos corpos collectivos.

28. Assistência judiciária: como se realiza. Advogados e solicitadores.

29. Assistência judiciária aos litigantes pobres.

#### SECÇÃO II

##### Teoria da competência

##### Noções gerais

30. Jurisdição e competência.

31. Competência em razão da matéria e das pessoas. Importância da discriminação.

#### DIVISÃO I

##### Competência em razão da matéria

32. Jurisdição civil e jurisdição comercial. Ambito de cada uma delas.

33. Competência dos juízes de paz, dos juízes populares, dos juízes municipais, dos juízes de direito, dos Tribunais do Comércio, das Relações e do Supremo Tribunal de justiça.

#### DIVISÃO II

##### Competência em razão das pessoas

34. Regra geral.

35. Aplicações da regra a situações especiais.

36. Excepções: competência convencional, *forum rei*, competência do juiz do domicílio ou residência do autor. Outras excepções.

#### SECÇÃO III

##### Teoria do processo

##### Preliminares

37. Actos e termos judiciais.

38. Audiências e sessões.

39. Prazo judicial.

#### DIVISÃO I

##### Articulados

40. Petição inicial. Caracteres intrínsecos e requisitos externos. Modalidades do pedido.

41. Distribuição. Papéis sujeitos à distribuição. Espécies e classes de distribuição. Como se faz a distribuição. Alterações na distribuição.

42. Citação e intimação: diferenças. Quem as ordena e quem as efectua. Citação pessoal, citação com hora certa, citação edital. Revelia.

43. Acusação da citação. Que citações se acusam. Quando e como se faz a acusação. Perempção da instância.

44. Defesa do réu. Contestação, exceção e impugnação. Nocão e divisão das exceções. Quando e como se oferece a defesa.

45. Réplica e tréplica. Resposta e contra-resposta no processo sumário.

46. Nulidades de processo. Nulidades supríveis e insupríveis. Arguição e julgamento das nulidades.

#### DIVISÃO II

##### Instrução

47. Produção da prova documental: até quando se pode fazer e como se faz. Condições de standibilidade dos documentos.

48. Declaração decisória. Quando pode ser deferida e referida. Como se presta.

49. Declaração supletória. Em que casos pode ser deferida. Como se presta em juízo.

50. Depoimento de parte. Até quando se pode requerer e de quem pode ser requerido. Sobre que factos pode incidir. Quando e como se presta. Como se utiliza. Revogação do depoimento.

51. Confissão espontânea. Formas por que pode ser feita. Seus efeitos.

52. Exame e vistoria. Até quando se podem requerer estas diligências, quem as pode requerer e sobre que factos podem ser requeridas. Nomeação de peritos. Como se realiza a diliggência. Exame de letra. Confronto entre os trasladados, certidões, públicas-formas e os originais.

53. Avaliação. Bases legais. Avaliação por peritos. Avaliação pelo contador. Avaliação extra-judicial. Rectificação da avaliação.

54. Segundo arbitramento. Quando tem lugar. Como se realiza.

55. Prova por testemunhas. Até quando pode ser oferecida e alterada o rol de testemunhas. Quem pode oferecer testemunhas e sobre que factos pode produzir-se a prova testemunhal. Onde e quando se faz a inquirição. Falta de comparecimento de testemunhas. Como se faz a inquirição. Incidentes que podem surgir: impugnação, contraditória, acareação.

<p><b>DIVISÃO III</b></p> <p><b>Discussão</b></p> <p>56. <i>Discussão por escrito.</i> Vista do processo. Elaboração das alegações.</p> <p>57. <i>Discussão oral.</i> Constituição do tribunal. Leitura do processo. Depoimentos. Debates. Questões. Respostas.</p>	<p><b>DIVISÃO IV</b></p> <p><b>Julgamento</b></p> <p>58. A instância e o pedido. Elaboração da sentença: relatório, fundamentos, decisão. Questões prejudiciais: ilegitimidade, nulidades, exceções. Por que ordem devem ser resolvidas. Absolvição da instância e do pedido. Procedência da ação.</p> <p>59. Custas e multa. Princípios fundamentais sobre o pagamento de custas e sobre a condenação em multa.</p>	<p><b>DIVISÃO V</b></p> <p><b>Recursos</b></p> <p>60. Espécies de recursos. Critérios diferenciais.</p> <p>61. Idéias gerais sobre a interposição, expedição e julgamento dos recursos.</p>
<p><b>Programa da cadeira de Processos especiais</b></p> <p><b>I</b></p> <p><b>Parte geral</b></p> <p><b>SECÇÃO I</b></p> <p><b>Preliminares</b></p> <p>1. Conceito de processo especial. Processo especialíssimo.</p> <p>2. Determinação dos processos civis especiais.</p> <p>3. Determinação dos processos comerciais especiais.</p> <p>4. Princípios de hermenêutica jurídica em matéria de processos especiais.</p>		
<p><b>SECÇÃO II</b></p> <p><b>Aplicação dos processos especiais</b></p> <p>5. Estudos dos casos a que é aplicável cada um dos processos civis especiais.</p> <p>6. Estudo dos casos a que é aplicável cada um dos processos comerciais especiais.</p>		
<p><b>SECÇÃO III</b></p> <p><b>Classificação dos processos especiais</b></p> <p>7. Classificações objectivas. Classificações formais. Preferência destas.</p> <p>8. Primeiro grupo: <i>acções que começam por petição articulada.</i> Regras e normas comuns.</p> <p>9. Segundo grupo: <i>acções que começam por petição simples e admitem oposição por embargos.</i> Carácter destas ações. Ordem geral de processo que seguem.</p> <p>10. Terceiro grupo: <i>acções que começam por petição simples e admitem oposição por meio de simples requerimento.</i></p> <p>11. Quarto grupo: <i>processos que começam por petição simples e não admitem oposição.</i></p>		
<p><b>II</b></p> <p><b>Parte especial</b></p> <p><b>SECÇÃO I</b></p> <p><b>Processos civis especiais</b></p> <p>12. Estudo desenvolvido da ação de separação de pessoas e bens, e da ação de divórcio (<i>primeiro grupo</i>).</p> <p>13. Estudo desenvolvido das ações de manutenção e restituição de posse (<i>primeiro grupo</i>).</p> <p>14. Estudo desenvolvido da ação de prestação de contas (<i>segundo grupo</i>).</p> <p>15. Estudo desenvolvido das ações de despacho de prédios rústicos e urbanos (<i>terceiro grupo</i>).</p> <p>17. Estudo desenvolvido do processo das notificações (<i>quarto grupo</i>).</p>		
<p><b>SECÇÃO II</b></p> <p><b>Processos comerciais especiais</b></p> <p>17. Estudo desenvolvido das ações de letras, livrancas e cheques.</p> <p>18. Estudo desenvolvido do processo de falência.</p>		
<p><b>Programa da cadeira de direito internacional privado</b></p> <p><b>I</b></p> <p><b>Noções preliminares</b></p> <p>1. Conceito do direito internacional privado.</p> <p>2. Seu objecto.</p> <p>3. Suas fontes.</p> <p>4. Natureza das normas reguladoras das relações internacionais de carácter privado.</p> <p>5. Uniformização do direito internacional privado. Tentativas, resultados e tendências. Congresso e tratado de Lima; Congresso e tratados de Montevideu; conferências e convenções da Haia. Teorias das qualificações; sua importância.</p>		
<p><b>II</b></p> <p><b>Regime jurídico geral das relações internacionais de carácter privado</b></p> <p><b>SECÇÃO I</b></p> <p><b>Reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros</b></p> <p>6. Nacionais e estrangeiros. Teoria da nacionalidade. A falta da nacionalidade e a pluralidade de nacionalidades.</p> <p>7. Medida e limites da personalidade dos estrangeiros. Direitos reconhecidos aos estrangeiros.</p> <p>8. Estrangeiros privilegiados.</p> <p>9. Estrangeiros operários.</p> <p>10. Condição dos estrangeiros nos países de capitulações.</p> <p>11. Condição dos indivíduos que não tem nacionalidade ou que tem mais que uma nacionalidade.</p> <p>12. Condição das pessoas colectivas estrangeiras.</p> <p>13. Pessoas colectivas internacionais.</p> <p>14. Protecção dos estrangeiros. Suas formas e meios de realização.</p>	<p><b>III</b></p> <p><b>Regime jurídico geral das relações internacionais de carácter privado</b></p> <p><b>SECÇÃO I</b></p> <p><b>Reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros</b></p> <p>6. Nacionais e estrangeiros. Teoria da nacionalidade. A falta da nacionalidade e a pluralidade de nacionalidades.</p> <p>7. Medida e limites da personalidade dos estrangeiros. Direitos reconhecidos aos estrangeiros.</p> <p>8. Estrangeiros privilegiados.</p> <p>9. Estrangeiros operários.</p> <p>10. Condição dos estrangeiros nos países de capitulações.</p> <p>11. Condição dos indivíduos que não tem nacionalidade ou que tem mais que uma nacionalidade.</p> <p>12. Condição das pessoas colectivas estrangeiras.</p> <p>13. Pessoas colectivas internacionais.</p> <p>14. Protecção dos estrangeiros. Suas formas e meios de realização.</p>	<p><b>DIVISÃO III</b></p> <p><b>Obrigações comerciais</b></p> <p>51. Lei competente para definir os actos de comércio.</p> <p>52. Lei competente para determinar a qualidade de comerciante e definir os seus direitos e deveres.</p> <p>53. Regime da organização e funcionamento das sociedades comerciais.</p> <p>54. Regime das obrigações comerciais em geral.</p> <p>55. Regime dos contratos de transportes e de seguro, e dos títulos de crédito, designadamente dos títulos cambiários.</p> <p>56. Princípios fundamentais do direito internacional privado marítimo.</p> <p>57. Regime jurídico internacional da falência.</p>
<p><b>SECÇÃO II</b></p> <p><b>Direitos reais</b></p> <p>58. Regime dos direitos reais em geral.</p> <p>59. Lei reguladora da posse.</p> <p>60. Lei reguladora da propriedade perfeita.</p> <p>61. Lei reguladora das propriedades imperfeitas e dos ônus reais.</p> <p>62. Lei reguladora dos direitos reais de garantia.</p> <p>63. Lei reguladora da prescrição adquisitiva.</p> <p>64. Regime jurídico internacional da propriedade industrial e comercial; e da propriedade literária e artística. Tratados de união de Berne sobre estas formas de propriedade.</p>		
<p><b>SECÇÃO III</b></p> <p><b>Relações de família</b></p> <p>65. Esponsais.</p> <p>66. Condições de validade do casamento. — Convénção da Haia de 12 de Junho de 1902.</p> <p>67. Nulidade e anulabilidade do casamento.</p> <p>68. Relações jurídicas entre os cônjuges. — Convénção da Haia de 17 de Julho de 1905.</p> <p>69. Direito de apanágio.</p> <p>70. Segundas núpcias.</p> <p>71. Divórcio e separação de pessoas. — Convénção da Haia de 12 de Junho de 1902.</p> <p>72. Regime jurídico do parentesco. Relações jurídicas entre pais e filhos. — Adopção, legitimação e perfiliação. Pátrio poder. — Dívida alimentícia.</p> <p>73. Tutela e curatela. — Convénções da Haia de 12 de Junho de 1902 e de 17 de Julho de 1905.</p>		
<p><b>SECÇÃO IV</b></p> <p><b>Sucessões</b></p> <p>74. Princípios fundamentais acerca do regime jurídico internacional das sucessões.</p> <p>75. Regime da sucessão legítima.</p> <p>76. Regime da sucessão testamentária.</p> <p>77. Regime dos actos comuns à sucessão legítima e à sucessão testamentária. Abertura da herança; aceitação e repúdio; partilha dos bens.</p> <p>78. Legitimidade e regime dos pactos sucessórios.</p> <p>79. Princípio de competência e processo em matéria de sucessões.</p> <p>80. Convénção da Haia de 17 de Julho de 1905 sobre sucessões.</p>		
<p><b>Programa da cadeira de Processo penal</b></p> <p><b>SECÇÃO I</b></p> <p><b>Noções fundamentais</b></p> <p>1. Conceito do processo penal. Processo penal e direito penal.</p> <p>2. Formas do processo penal segundo a Novíssima Reforma Jurisdictria e legislação posterior.</p> <p>3. Conhecimento dos crimes em juiz.</p> <p>4. A ação penal e a ação civil de perdas e danos.</p> <p>5. Acumulação das duas ações no mesmo processo; condições da acumulação; relações de dependência.</p> <p>6. Sistemas de acusação.</p> <p>7. Distinção dos crimes em públicos e particulares; efeitos da distinção.</p> <p>8. Competência do meio ou do processo e competência do julgador.</p> <p>9. Competência territorial.</p> <p>10. Competências especiais.</p> <p>11. Junção de diversos co-réus no mesmo processo e julgamento.</p> <p>12. Acumulação de crimes e apenação de processos.</p> <p>13. Conflitos de jurisdição e competência.</p>		
<p><b>SECÇÃO II</b></p> <p><b>Fases do processo final ordinário</b></p> <p>§ 1.º — Instrução</p> <p>14. Carácter da fase instrutória do processo penal.</p> <p>15. A participação do crime.</p> <p>16. O corpo do delito. Corpo de delito directo e indireto. Exame de sanidade. Buscas. Questões provisórias e prejudiciais.</p> <p>17. A querela. O sumário da querela no processo penal militar.</p> <p>18. A pronúncia e o juízo prévio da acusação.</p> <p>19. A prisão.</p> <p>20. A fiança.</p> <p>21. As perguntas.</p> <p>22. A separação de culpas.</p> <p>23. Recursos sobre o despacho de pronúncia.</p>		

## § 2.º — Acusação

24. O libelo acusatório.  
25. A defesa do réu.
- § 3.º — Discussão e julgamento
26. Constituição do tribunal.  
27. Leitura do processo.  
28. Interrogatório das testemunhas.  
29. Discussão; seu encerramento.  
30. Quesitos e deliberação e respostas do júri.  
31. Sentença. Anulação da deliberação do júri.  
32. Continuidade, publicidade e ordem da audiência.  
33. Incidentes na audiência de discussão e julgamento.  
34. Recursos; espécies e efeitos.

## SECÇÃO III

Termos e ordens das outras formas de processo penal

35. O processo correccional.  
36. O processo de polícia correccional.  
37. O processo sumaríssimo ou verbal.  
38. O processo de coimas.

## Programa do curso Jurídico de Medicina legal

## Introdução

1. Medicina legal: sua definição e importância.  
2. Organização dos serviços médico-legais em Portugal.

## SECÇÃO I

## Problemas relativos ao instinto sexual e à geração

## 3. Elementos de anatomia e fisiologia dos órgãos sexuais.

## 4. O artigo 390.º do Código Penal e o ultraje público ao pudor.

## 5. O artigo 391.º do Código Penal e o atentado contra o pudor. Atentados contra o pudor que a medicina legal estuda e seus sinais. Exame da vítima; exame do acusado.

## 6. O artigo 392.º do Código Penal e o estupro de virgem. Reconhecimento da virgindade. Sinais gerais. Sinais tirados do exame dos órgãos sexuais: integridade do hymen como prova de virgindade; causas de êrro. Estado do hymen e sinais secundários de estupro verificáveis na vítima. O exame somático do acusado do crime de estupro.

## 7. Os artigos 393.º e 394.º do Código Penal e a violação. Sinais de violação nas crianças da 1.ª ou 2.ª infância, nas púberes virgens e nas mulheres desfloradas. Violação, consentimento e resistência da vítima. Causas de anulação de resistência ou de inconsciência da mulher em casos de violação.

## 8. O número 4.º do artigo 398.º do Código Penal e as doenças venéreas e sifilíticas transmitidas nos casos de atentados contra o pudor, estupro e violação. Exame da vítima e exame do acusado.

## 9. Impotência.

## 10. Hermafroditismo.

## 11. Gravidez e importância do seu estudo em medicina legal. O óvulo e o espermatozóide; a fecundação e o ovo. Desenvolvimento do produto da conceção: o embrião, o feto, as membranas, a placenta. Gravidez simples gêmea ou múltipla. Superfecundação e superfetação. Monstros. Sinais de gravidez. Dissimulação e simulação de gravidez. Diagnóstico da gravidez e causas de êrro. Determinação da idade da gravidez. Duração da gravidez. Determinação da época em que a gravidez terminará. Ignorância da gravidez pela grávida. Gravidez e responsabilidade. Estado mental das grávidas.

## 12. O parto em medicina: parto a termo; parto prematuro e viabilidade do feto. Sinais de parto. «Há quanto tempo se realizou o parto?». «Uma mulher teve um só ou mais partos?». «Em que altura de gravidez teve lugar o parto?». Parto e inconsciência da parturiente. Parto excessivamente rápido e suas consequências médico-legais. Parto simulado.

## 13. O aborto espontâneo ou provocado em medicina e sua disposição do parto prematuro espontâneo ou provocado. O artigo 358.º do Código Penal e o aborto criminoso. Causas do aborto ditto espontâneo. Fins e meios de provocação do aborto e do parto prematuro em medicina. Meios de provocação do aborto criminoso: substâncias abortivas ou consideradas como tais e seus efeitos; manobras abortivas e suas consequências imediatas e tardias. Diagnóstico do aborto criminoso: exame da mãe e exame do produto. «Houve aborto?». «Em que altura de gravidez se realizou o aborto?». «O aborto foi realmente provocado intencionalmente?». O aborto simulado.

## SECÇÃO II

## Problemas relativos à morte e à alteração da saúde

## 14. Vida, agonia, morte real e morte aparente. Morte do organismo. Morte dos tecidos e das células.

## 15. Sinais de morte.

## 16. Putrefacção.

## 17. A verificação de óbito.

## 18. O enterramento em estado de morte aparente. Suas garantias das prescrições legais em épocas normais. O enterramento precipitado em tempo de epidemias e nas campos de batalha. Os mortuários.

## 19. A destruição dos cadáveres pelos agentes de putrefacção e pelos insetos.

## 20. Cálculo do tempo há que teve lugar a morte.

## 21. A conservação dos cadáveres.

## 22. Procedimento médico-legal em casos de morte sem assistência médica, de causa indeterminada, criminosa ou suspeita. O levantamento do corpo. A autópsia médica-legal; sua utilidade e necessidade; inconvenientes das autópsias tardivamente feitas.

## 23. O que se entende por morte súbita em medicina legal. A maior frequência de morte súbita nas crianças, nos velhos e nos alcoólicos. Aparelho circulatório e morte súbita: elementos de anatomia e fisiologia do aparelho circulatório; lesões do músculo cardíaco, do pericárdio e do endocárdio, das artérias, das veias, dos capilares e modificações de tensão vascular como causa de morte súbita. Sistema nervoso e morte súbita: elementos de anatomia e fisiologia do sistema nervoso; lesões do encéfalo, da medula como causas de morte súbita; a morte súbita por inibição. Aparelho respiratório e morte súbita: elementos de anatomia e fisiologia do aparelho respiratório; lesões da laringe, do corpo tiroide, da traqueia, dos bronquios, do mediastino, dos pulmões e das pleuras como causas de morte súbita. Aparelho digestivo e morte súbita: elementos de anatomia e fisiologia do aparelho digestivo; lesões da faringe, do esôfago, do estômago, do intestino, do fígado como causas de morte súbita. Aparelho urinário e morte súbita: elementos de anatomia e fisiologia do aparelho urinário; lesões do rim, uremia e morte súbita. Aparelho genital e morte súbita. A morte súbita na diabetes. A morte súbita nas febres, na hemofilia, etc.

## 24. Asfixia em geral: definição, sintomas, e sinais cadávericos. Asfixias por insuficiência do oxigénio no sangue: a asfixia dos animais no laboratório por rarefação do ar; a asfixia e o alpinismo, a aerostação e a aviação; asfixia nos gases inertes. A sufocação. A submersão. O envenenamento. O estrangulamento. Asfixia pelos anestésicos: o protóxido de azoto, o éter, o cloroformo e os sintomas gerais da anestesia; a morte pelos anestésicos; os anestésicos em medicina; os anestésicos e o crime, o suicídio e os acidentes. Asfixia pelo ácido carbônico. Asfixia pelo óxido de carbono. Asfixia pelo gás de iluminação. Asfixia pelos gases das fossas e dos esgotos.

## 25. Efeitos da electricidade: A fulguração pelo raio. Os acidentes pelas correntes eléctricas industriais. As execuções pela electricidade na América.

## 26. Efeitos do calor: Efeitos gerais; resistência ao calor; insolação, golpe de calor. Efeitos locais do calor; queimaduras e seus graus; morte por queimaduras e seu mecanismo; distinção das queimaduras feitas no vivo, das produzidas no cadáver; carbonização dos cadáveres; combustão espontânea do corpo.

## 27. Efeitos do frio: Efeitos gerais; resistência ao frio; frio e alcoolismo. Efeitos locais, frieiras; morte por arrefecimento dum a parte do corpo; congelamento.

## 28. Inanção; seus sintomas. Morte por inanção e condições em que se produz, o frio e a inanção como causas associadas de morte. Inanção brusca é rápida. Inanção progressiva.

## 29. A fadiga, suas causas, seus sintomas e efeitos.

## 30. O artigo 353 do Código Penal e o crime de envenenamento. Envenenamento em medicina; veneno; veículo do veneno; vias de introdução do veneno; destruição e eliminação dos venenos pelo organismo; dose tóxica e dose mortal; sintomas, diagnóstico e tratamento dos envenenamentos em geral. Envenenamentos criminosos e envenenadores; envenenamentos suicidas; envenenamentos accidentais; envenenamentos profissionais e alimentares. Procedimento judicial em caso de suspeita de crime de envenenamento. A autópsia e a análise química. Envenenamentos de maior interesse médico-legal: envenenamentos por anestésicos e gases tóxicos estudados como asfixias; envenenamentos pelo álcool, pela morfina e pela cocaína estudados como psicoses tóxicas; envenenamentos por substâncias cárteras de efeitos gerais insignificantes estudados como traumatismos; envenenamentos pelo ácido oxálico, pelo ácido cianídrico e pelos ciânicos, pelo ácido fénico, pelo arsénico e pelos seus compostos, pelo mercurio e pelos seus compostos, pelo cobre e pelos seus compostos, pelo chumbo e pelos seus compostos, pelo fósforo, pelo clorato de potássio, pelo ópio, láudano, pela noz-vómita e estriçinina, pela belebola e atropina, pela cicutá, pelo tabaco e pela nicotina, pela dedaleira, pelo acônito, pelos cogumelos, pelas toxalbuminas, pelas cantáridas, por elementos avariados ou falsificados.

## 31. Traumatismos. Ofensas corporais e o Código Penal. Caracteres das lesões e suas consequências: doença causada, impossibilidade de trabalho, deformidade, aleijão. Ofensas corporais ou ferimentos necessariamente mortais ou não. Influência do estado anterior sobre a evolução e as consequências dos traumatismos. Complicação distante dos traumatismos. Contusões e instrumentos contundentes. Equimoses. Bossas sanguíneas. Derrames traumáticos de sororidade. Erosões, escorições, placas perguinhamadas. Feridas contusas. Comoção geral ou choque traumático. Ferimentos por instrumentos cortantes; a degolação; o decepamento. Ferimentos por instrumentos perfurantes ou cortoperfurantes. Feridas por arrancamento. Mordeduras. Feridas por armas de fogo. Feridas produzidas pelas explosões. Precipitação ou queda dum lugar elevado. Esmagamento e acidentes de caminho de ferro; nevrose traumática. Lesões devidas aos efeitos locais da electricidade, do calor e do frio. Lesões produzidas por agentes corrosivos. Caracteres diferenciais das feridas feitas no vivo e das feitas no cadáver. Problemas médico-legais e diagnóstico entre o acidente, o suicídio e o homicídio nos traumatismos.

## 32. Acidentes no trabalho.

## 33. O artigo 356.º do Código Penal e o infantecídio. O rebeldiado. Infantecídio e infantecidas. Sinais da maturidade da criança. Provas de que a criança nasceu viável. Provas da vida extra-uterina da criança. Determinação da causa da morte; morte natural antes do nascimento, ao nascer, depois do nascimento; morte violenta por sufocação, estrangulamento, fracturas do crânio, acupuntura, seção de carótidas, omissão voluntária de cuidados necessários, precipitação em fossa, imersão, etc. Época da morte. «Quanto tempo viveu a criança fora do útero?». «A criança gritou?». Questões médico-legais relativas ao estado da mãe infantecida. «Uma mulher pariu?». «Em que época?». «Podia ignorar a gravidez?». «E parir sem o saber?». «O seu estado físico logo a seguir ao parto impediu-a de prestar à criança os necessários cuidados?». Estado mental da mãe infantecida.

## SECÇÃO III

## Problemas relativos à identidade e às manchas médico-legais

## 34. Sinais de identidade dum indivíduo vivo ou morto recentemente. Determinação da estatura, da idade. O estudo da dentição. O cabelo e a barba e a sua coloração artificial. As cicatrizes. As tatuagens. Os sinais profissionais físicos. A deformação profissional. Identificação dos criminosos recidivistas; antropometria. Identificação dum cadáver decepado.

## 35. Sinais de identidade dum cadáver putrefacto ou num esqueleto; precauções na exumação; determinação do sexo, da idade, da estatura.

## 36. Impressões deixadas pelas mãos.

## 37. Pegadas.

## 38. Exame dos pêlos e cabelos. «Os pêlos provêm dum ser humano ou dum animal?». «De que região do corpo provêm um pelo humano?». «Os pêlos ou cabelos provêm dum dado indivíduo?». «Os pêlos ou cabelos foram arrancados ou caíram espontaneamente?».

## 39. Manchas de sangue: caracteres que permitem reconhecer a natureza sanguínea dumha mancha; reconhecimento da origem do sangue. Manchas de esperma, de meconíio, de enduto fetal, de líquido amniótico, de colostro, de leite, de matéria fecal e outras.

## SECÇÃO IV

## Psiquiatria forense

## 40. Psiquiatria e psiquiatria forense. As doenças mentais.

## 41. Estudo das causas da loucura em geral.

## 42. Determinação da loucura em geral. Sintomatologia geral; sintomas psíquicos; sintomas somáticos; síndromas. Evolução. Simulação da loucura. Exame psiquiátrico directo e indirecto. Dificuldades do diagnóstico.

## 43. Determinação da espécie de loucura. Classificação das afecções mentais e formas de maior interesse médico-legal. Psicoses tóxicas: alcoolismo; morfínismo; cocaísmo; tirodesmo. Cerebropsicopatias: demência paralítica; demência senil; psicopatias sifilíticas; psicopatia traumática; idiotia. Psicoses afectivas: melancolia; mania. Loucura periódica. Neuropsicoses: neurastenia, histeria, epilepsia. Demência precoce. Anomalias mentais: aberrações sexuais; loucura moral; paranoíia; imbecilidade.

## 44. Os termos de loucura, alienação mental, demência, loucos, alienados, dementes e menteiros na legislação portuguesa.

## 45. Capacidade civil, interdição, validade dos actos dos alienados.

## 46. Responsabilidade; responsabilidade dos menores; responsabilidade dos alienados; irresponsabilidade absoluta; responsabilidade parcial; irresponsabilidade attenuada. Aplicação das leis aos alienados criminosos e destino a dar a estes; sequestro e tratamento dos alienados criminosos. Procedimento a seguir com os alienados perigosos ainda não criminosos.

## SECÇÃO V

## Antropologia criminal nas suas relações com a medicina legal

## 47. Delito como fenómeno natural; seu equivalente nos animais, nos selvagens e nas crianças.

## 48. Atavismo. Degenerescência.

## 49. Classificação dos delinqüentes e caracteres antropológicos destes: criminosos habituais; criminosos de ocasião. Os criminosos por paixão. Os criminosos políticos. Relação entre o criminoso nato, o louco moral e o epileptico.

## 50. A mulher crimiosa e prostituta.

## 51. Etiologia do delito.

## 52. Profilaxia e terapêutica do delito.

## Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 7 de Maio de 1912.— O Director Geral interino, J. M. de Queiroz Veloso.

## 3.º Repartição

Tendo sido determinado, em decreto de 18 de Março do ano findo, que continuam a prestar serviço nos observatórios da Horta e Ponta Delgada, o primeiro tenente, José Pacheco da Costa Sales e o segundo tenente, Gustavo Adolfo de Medeiros;

Tendo o Conselho Superior da Administração Financeira do Estado recusado o visto a este decreto, com o fundamento, na resolução do mesmo Conselho de não visar despacho com data anterior à abertura e funcional-